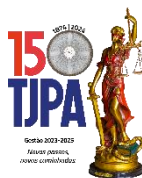




PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça
do Estado do Pará



**SERVIÇO DE
LICITAÇÕES**
DA SECRETARIA
DE ADMINISTRAÇÃO

REPUBLIÇÃO

TJPA – EDITAL DO PE 015/2026 (90015/2026) –

Contratação de fornecimento de licença de uso, com suporte técnico, atualização e serviços de implantação do software Oracle Data Integrator (ODI) – TJPA.

0002940-79.2026.8.14.0900

Para participar, é essencial conhecer os normativos internos do TJPA.

INSTRUÇÕES
NORMATIVAS
TJPA



Endereço do Serviço de Licitações:
Av. Almirante Barroso, corredor principal, sala T 123.
Retire o edital e acompanhe esta licitação
e seus atos, via **www.comprasnet.gov.br**



CONTATO
licitacao@tjpa.jus.br
(91) 3205-3257

← Portal de
Licitações do
TJPA



**SERVIÇO DE
LICITAÇÕES**
DA SECRETARIA
DE ADMINISTRAÇÃO

VITRINE – MURAL



OBJETO E DATA DE ABERTURA

OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de licença de uso, com suporte técnico, atualização e serviços de implantação do software Oracle Data Integrator (ODI), visando atender às necessidades operacionais e estratégicas do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, pelo período inicial de 12 (doze) meses, com possibilidade de prorrogação, nos termos da legislação vigente.

DATA DE ABERTURA: 08/05/2026

HORÁRIO: 10:00

LOCAL: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>



CRITÉRIO PARA LANCE, TIPO E MODO DE DISPUTA

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor
Preço Global

TIPO: Menor Preço

MODO DE DISPUTA: Aberto



NÚMERO DO PROCESSO E CÓDIGO UASG

0002940-79.2026.8.14.0900
UASG: 925942



PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA

PRAZO: 02 horas após
solicitação do agente de
contratação



VALOR ESTIMADO

VALOR GLOBAL DO CERTAME:
R\$ 569.567,27



LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS

[] SIM [X] NÃO



REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

JURÍDICA: Item 8.19

FISCAL e TRABALHISTA:
Item 8.20

ECONÔMICA: Item 8.21

TÉCNICA: Item 8.22



PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

PRAZO: Até às 23h59min
do dia 07/05/2026

FORMA: via e-mail:
licitacao@tjpa.jus.br



INFORMAÇÕES GERAIS

**GARANTIA – ITEM 4.10. DO
Termo de Referência**

A garantia, realizada via seguro-garantia, deve ser prestada no prazo mínimo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato.

Sumário

1. PREÂMBULO.....	4
2. DO OBJETO	5
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....	6
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	9
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	12
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.....	13
7. DA FASE DE JULGAMENTO	17
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO	20
9. DOS RECURSOS.....	25
10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	26
11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	29
12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	30



1. PREÂMBULO

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ –TJPA, CNPJ nº. 04.567.897/0001-90, por intermédio da pessoa designada como Agente de Contratação, nos termos da Portaria nº. 004/2025-SA publicada na edição do Diário Oficial do Estado de 02 de setembro de 2025, torna público, que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa nº 001/2023/TJPA de 15 de setembro de 2023, da Instrução Normativa nº 002/2024/TJPA de 17 de maio de 2024, da Portaria nº 016/2023 – SA/TJPA e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1. **FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS:** Observado o prazo legal, as empresas interessadas poderão formular consultas pelo e-mail: licitacao@tjpa.jus.br, informando sempre o número do pregão e seu objeto.

1.2. **REFERÊNCIA DE TEMPO:** Todas as referências de tempo utilizadas pelo sistema obedecerão rigorosamente ao horário de Brasília/DF.

1.3. **FONTE DE RECURSOS:**

Dotações utilizadas pelo Pedido :			
Dotação	: 2025/257 - Fundo de Reaparelhamento do Judiciário - 040102	Valor Utilizado :	0,00
Programa de Trabalho	: 04.102.02.126.1417.8180 - Atualização, Expansão e Manutenção da Infraestrutura de Tecnologia do Poder Judiciário -		
Elemento de Despesa	: 3.3.90.40.00.00.00.00 - SERV.DE TECNO.DA INFOR.E COMUN.-PESS JURIDICA		
Fonte de Recurso	: 1759 - Recursos Próprios FRJ e FRC		
Destinação	: 1800000 - Livre [SIAFE 0000.18.000000]		
Rubrica Item	: 3.3.90.40.57.01.00.00 - SERVICOS PROCESSAMENTO DE DADOS SOMENT TIC - 510138		
Item de Despesa	: 2212 - Contratos Novos (SETIC)		
Dotação	: 2025/263 - Fundo de Reaparelhamento do Judiciário - 040102	Valor Utilizado :	0,00
Programa de Trabalho	: 04.102.02.126.1417.8181 - Atualização, Expansão e Manutenção da Infraestrutura de Tecnologia do Poder Judiciário -		
Elemento de Despesa	: 3.3.90.40.00.00.00.00 - SERV.DE TECNO.DA INFOR.E COMUN.-PESS JURIDICA		
Fonte de Recurso	: 1759 - Recursos Próprios FRJ e FRC		
Destinação	: 1800000 - Livre [SIAFE 0000.18.000000]		
Rubrica Item	: 3.3.90.40.57.01.00.00 - SERVICOS PROCESSAMENTO DE DADOS SOMENT TIC - 510138		
Item de Despesa	: 2212 - Contratos Novos (SETIC)		
Dotação	: 2025/269 - Fundo de Reaparelhamento do Judiciário - 040102	Valor Utilizado :	0,00
Programa de Trabalho	: 04.102.02.126.1417.8182 - Atualização, Expansão e Manutenção da Infraestrutura de Tecnologia do Poder Judiciário -		
Elemento de Despesa	: 3.3.90.40.00.00.00.00 - SERV.DE TECNO.DA INFOR.E COMUN.-PESS JURIDICA		
Fonte de Recurso	: 1759 - Recursos Próprios FRJ e FRC		
Destinação	: 1800000 - Livre [SIAFE 0000.18.000000]		
Rubrica Item	: 3.3.90.40.57.01.00.00 - SERVICOS PROCESSAMENTO DE DADOS SOMENT TIC - 510138		
Item de Despesa	: 2212 - Contratos Novos (SETIC)		
Dotação	: 2026/257 - Fundo de Reaparelhamento do Judiciário - 040102	Valor Utilizado :	0,00
Programa de Trabalho	: 04.102.02.126.1417.8180 - Atualização, Expansão e Manutenção da Infraestrutura de Tecnologia do Poder Judiciário -		
Elemento de Despesa	: 3.3.90.40.00.00.00.00 - SERV.DE TECNO.DA INFOR.E COMUN.-PESS JURIDICA		
Fonte de Recurso	: 1759 - Recursos Próprios FRJ e FRC		
Destinação	: 1800000 - Livre [SIAFE 0000.18.000000]		
Rubrica Item	: 3.3.90.40.57.01.00.00 - SERVICOS PROCESSAMENTO DE DADOS SOMENT TIC - 510138		
Item de Despesa	: 2212 - Contratos Novos (SETIC)		

1.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação via sistema aos participantes no sítio eletrônico oficial <https://www.gov.br/compras/pt-br>.



2. DO OBJETO

2.1. O objeto do presente pregão eletrônico é a **Contratação de fornecimento de licença de uso, com suporte técnico, atualização e serviços de implantação do software Oracle Data Integrator (ODI)**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I deste edital.

2.1.1. A licitação será realizada em grupo único, formados por 04 itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2.1.2. Em caso de divergência existente entre as especificações do objeto descritas no Portal de Compras do Governo Federal e as especificações constantes deste edital, prevalecerão as últimas.



3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Não haverá participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei 14.133, 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015, se for o caso.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento)

do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.4.1. tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta federal, estadual, municipal ou distrital, tendo por fundamento o art. 87, IV, da Lei nº 8.666/1993 ou o art. 156, IV, da Lei nº 14.133/2021;

3.7.4.2. estejam impedidas de licitar e contratar com o Estado, nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002 e/ou do art. 156, III, da Lei nº 14.133/2021;

3.7.4.3. tenham sido punidas com a suspensão do direito de licitar ou contratar com o Tribunal de Justiça do Estado do Pará, nos termos do art. 87, III, da Lei nº 8.666/1993;

3.7.5. constituam sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

3.7.6. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.7. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.8. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.9. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.7.10. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.7.11. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.12. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.8. O impedimento de que trata o item 3.7. e seus subitens será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada

ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.10. O disposto nos itens 3.7.2 e 3.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.11. A vedação de que trata o item 3.7.9 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.



4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.10.1 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O Tribunal de Justiça do Estado do Pará adota a política de preenchimento mínimo obrigatório de cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, de acordo com o art. 93 da Lei nº 8213/1991. A comprovação será realizada mediante consulta à certidão emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

4.5.1. Da análise da documentação apresentada, poderão ser identificadas as seguintes situações:

4.5.1.1. Caso seja comprovado o cumprimento das exigências legais, o licitante será considerado habilitado para prosseguir no certame.

4.5.1.2. Na hipótese de descumprimento ou ausência da comprovação, o Tribunal de Justiça notificará o licitante para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, mediante justificativa e a critério da administração, apresente a Certidão atualizada que demonstre a regularidade no cumprimento da reserva de cargos.

4.5.1.3. O não atendimento ao disposto no item 4.5.1.2. no prazo estabelecido implicará a inabilitação do licitante, conforme previsão contida na legislação vigente.

4.6. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, quando for caso.

4.7. A falsidade de qualquer declaração ou documento sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço global;

4.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.13. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 4.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação,

podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.



5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. A proposta deverá contemplar:

5.3.1. A especificação técnica referente aos serviços de acordo com o que consta no Anexo I do Termo de Referência.

5.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos no Termo de Referência.



6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o agente de contratação e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.6. O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior ou percentual de desconto superior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.7. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **0,25% (vinte e cinco centésimos por cento)**.
- 6.8. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 6.9. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.10. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.10.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.10.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.10.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o agente de contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.10.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.10.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.12. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.13. No caso de desconexão com o agente de contratação, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.14. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o agente de contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo agente de contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.15. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.16. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.16.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.16.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.16.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.16.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.17. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

6.17.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.17.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.17.1.2. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.17.1.3. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, nos termos indicados na IN nº 01/2023 – PJPA, publicada em 15 de setembro de 2023.

6.17.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.17.2.1. empresas estabelecidas no Estado do Pará;

6.17.2.2. empresas brasileiras;

6.17.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.17.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.17.3. Caso persista o empate, o desempate se dará por sorteio.

6.18. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o agente de contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.18.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão e serão observados os preços unitários máximos constantes do Anexo I – Termo de Referência como critério de aceitabilidade.

6.19. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

6.19.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.19.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.19.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.19.4. O agente de contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.19.5. É facultado ao agente de contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita pelo licitante, antes de finalizado o prazo.

6.20. Após a negociação do preço, o agente de contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.



7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o agente de contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.6. do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o agente de contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o agente de contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1. conter vícios insanáveis;

7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. O agente de contratação examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade com as especificações técnicas estabelecidas no edital e quanto ao preço ofertado, que não poderá ser superior aos valores estimados constantes no Termo de Referência (Anexo I).

7.7.1. O agente de contratação poderá promover diligência destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento da melhor proposta, admitindo a complementação de informações e a juntada posterior de documentos complementares à proposta.

7.7.2. Havendo falhas na proposta, o agente de contratação deverá empreender diligências para a sua correção e/ou saneamento, de modo que a desclassificação da proposta somente será cabível se os vícios porventura existentes forem insanáveis, observando-se, para tanto, o disposto no inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133/2021.

7.7.3. Se houver indícios de inexequibilidade relativa da proposta, o agente de contratação deverá assegurar à licitante a oportunidade de demonstração e comprovação da viabilidade financeira e econômica da oferta.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do agente de contratação, que comprove:

7.8.2. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.3. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.13. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.14. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.



8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por outro meio admitido pela administração.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.8.1. O Tribunal de Justiça do Estado do Pará adota a política de preenchimento mínimo obrigatório de cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de

deficiência, habilitadas, de acordo com o item 4.5. e seguintes do presente instrumento convocatório.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).

8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.12. A verificação pelo agente de contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que **não** estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, preferencialmente em **PDF e arquivo único**, no prazo de, no mínimo, duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do agente de contratação.

8.12.2. **É facultado ao agente de contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita pelo licitante, antes de finalizado o prazo.**

8.12.3. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e documentos que deixaram de ser apresentados, desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14. A condição para aceitação de documentos novos é a inequívoca demonstração de fatos existentes à época da abertura do certame.

8.15. Na análise dos documentos de habilitação, o agente de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o agente de contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.1.

8.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.18. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8.19. Habilitação jurídica:

8.19.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.19.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

8.19.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

8.19.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

8.19.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

8.19.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

8.19.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

8.19.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.20. Regularidade fiscal e trabalhista:

8.20.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.20.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.20.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.20.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.20.5. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.20.6. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais/municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual/Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21. Qualificação Econômico-Financeira:

8.21.1. Conforme Item 3.7.2 do Termo de Referência – Anexo I do edital.

8.22. Qualificação Técnica:

8.22.1. Conforme Item 3.7.1. do Termo de Referência – Anexo I do edital.

8.23. O(A) agente de contratação deverá diligenciar para esclarecer ou complementar a instrução processual, inclusive com a inclusão de documentos novos que venham a comprovar condição preexistente à abertura da sessão pública do certame.

8.23.1. A diligência se aplica tanto a documentos que deixaram de ser apresentados quanto a documentos que foram apresentados com data de validade expirado.

8.23.2. Não serão aceitos documentos novos sem a devida constatação da preexistência de condição ao tempo da abertura da licitação.

8.23.3. A condição para aceitação de documentos novos é a inequívoca demonstração de fatos existentes à época da abertura do certame.

8.24. A apresentação de documentos complementares ou substitutivos será realizada nos termos do item 8.25 e, findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.25. Caso seja necessário, para fins de confirmação, complementação, esclarecimento ou saneamento da documentação de habilitação, ou, ainda, nas hipóteses admitidas no item 8.23, o agente de contratação, a título de diligência, poderá solicitar à licitante o envio de documentação complementar, por meio do campo de “anexos” do sistema.

8.26. O prazo para envio dos documentos é de, no mínimo, 02 (duas) horas, a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo agente de contratação a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

8.26.1. É facultado ao agente de contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita pelo licitante, antes de finalizado o prazo.

8.27. Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo agente de contratação, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

8.28. O TJPA possibilitará 01 (uma) oportunidade para que o licitante inclua documento novo que comprove condição pré-existente.



9. DOS RECURSOS

- 9.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.2.** O prazo recursal é de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 9.3.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 9.3.1.** a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 9.3.2.** o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 20 (vinte) minutos.
- 9.3.3.** o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 9.3.4.** na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 9.4.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 9.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.6.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 9.7.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 9.8.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.9.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.



10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

10.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

10.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

10.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

10.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

10.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

10.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

10.1.5. fraudar a licitação.

10.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

10.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

10.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

10.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

10.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.2.1. Advertência:

10.2.2. Multa:

10.2.3. Impedimento de licitar e contratar:

10.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade:

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

10.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

10.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

10.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. As multas serão estabelecidas conforme especificado no item 4.18 do Termo de Referência e recolhidas no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1, 10.1.1 e 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1, 10.1.1 e 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela

Administração, descrita no item 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades cabíveis.

10.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 05 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.



11.DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, **por meio do seguinte endereço eletrônico: licitação@tjpa.jus.br.**

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.



12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 12.1.** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 12.2.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 12.3.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 12.4.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 12.5.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 12.6.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 12.7.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 12.8.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 12.9.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/institucional/Coordenadoria-de-Convenios-e-Contratos/409290-licitacoes.xhtml>.
- 12.10.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 12.10.1.** ANEXO I - Termo de Referência e seus anexos
- 12.10.2.** ANEXO II – Minuta do Termo de Contrato

Belém, 28 de abril de 2026.

MAURÍCIO CRISPINO GOMES

Secretário de Administração

Termo de Referência de TIC

Demanda a ser atendida	CONTRATAÇÃO DA FERRAMENTA ORACLE DATA INTEGRATOR
Processo SEI	0002940-79.2026.8.14.0900
Coordenador(a)	IGOR PINTO SIMÕES
Código PAC	SETIC81A26



1. DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para o fornecimento de licença de uso, com suporte técnico, atualização e serviços de implantação do software *Oracle Data Integrator* (ODI), visando atender às necessidades operacionais e estratégicas do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, pelo período inicial de 12 (doze) meses, com possibilidade de prorrogação, nos termos da legislação vigente.

1.1. Descrição detalhada do Objeto

1.1.1. Segue o quantitativo detalhado para a composição do objeto:

LOTE ÚNICO						
ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT/CATSER	UNIDADE	QTD.	VALOR UNITÁRIO (Média) (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Licença - Oracle Data Integrator Enterprise Edition	26077	Unidade (Processador)	2	203.344,55	406.689,10
2	Atualização de licença – Oracle Data Integrator Enterprise Edition	26077	Unidade (Processador)	2	30.733,81	61.467,62
3	Serviço de Suporte - 12 meses	26972	Unidade (Processador)	2	13.649,72	27.299,44
4	Serviço de Implementação e Migração	26972	Unidade	1	74.111,11	74.111,11
TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO						R\$569.567,27

Em caso de divergência entre a descrição dos serviços indicada no código CATMAT/CATSER do COMPRASNET e a constante deste Termo de Referência, prevalecerá esta última.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Motivação

Desde 2010, o TJPA utiliza uma ferramenta de integração de dados denominado *Oracle Data Integrator* (ODI), que fora recebido através de doação do Conselho Nacional de Justiça, atualmente na versão 11.1.1.9.0, sem suporte ou atualizações. Os *pipelines* de dados institucionais críticos seguem sendo operados numa versão obsoleta, o que representa risco elevado à integridade e disponibilidade das informações utilizadas em painéis, relatórios, análises e na prestação de contas a órgãos reguladores.

A contratação de uma ferramenta de integração de dados com suporte, atualização e serviços de migração busca mitigar esses riscos e garantir a continuidade das integrações de dados, promovendo interoperabilidade entre sistemas e suporte à estruturação do *Data*



Warehouse e dos *Datamarts* institucionais. A medida está alinhada à Resolução CNJ nº 468/2022 e à Lei nº 14.133/2021, assegurando aderência regulatória e evolução tecnológica da gestão de dados do TJPA.

Por fim, esta contratação está alinhada ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC), ao Plano Anual de Contratações (PAC) e às diretrizes estratégicas do TJPA, contribuindo para a consolidação da infraestrutura de dados como vetor de inteligência institucional e melhoria contínua dos serviços prestados à sociedade.

2.2. Alinhamento com o Plano Anual de Contratações e ao Plano Diretor de TIC

CÓDIGO DO PAC		SETIC81A26
ID	AÇÃO DO PDTIC	META DO PDTIC ASSOCIADA
SETIC74A25	Contratar ferramenta <i>Oracle Data Integrator</i> (ODI) com o intuito de viabilizar a integração, transformação e movimentação de dados entre sistemas distintos	Adequar Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativa às demandas de TIC
ID	OBJETIVO NO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	MACRODESAFIO
OEEJ08	Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Cooperativas	FORTALECIMENTO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE TIC E PROTEÇÃO DE DADOS

2.3. Objetivos

A contratação da solução *Oracle Data Integrator Enterprise Edition* tem por objetivo garantir a continuidade, modernização e ampliação da capacidade de integração de dados institucionais no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), promovendo maior eficiência, segurança e padronização no tratamento das informações que alimentam os sistemas de apoio à decisão, controle, transparência e planejamento estratégico.

Os principais objetivos específicos da contratação são:

- Substituir a versão legada e desatualizada do *Oracle Data Integrator* atualmente em uso, a qual se encontra sem suporte técnico oficial e apresenta riscos à segurança e continuidade operacional;
- Assegurar a integridade e a confiabilidade dos processos de integração de dados, por meio de ferramenta que possibilite o tratamento automatizado, padronizado e rastreável de informações oriundas de múltiplas fontes, com diferentes formatos e tecnologias;
- Fortalecer a governança de dados institucionais, mediante a consolidação de uma solução aderente às diretrizes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), como o Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI) e as boas práticas de gestão da informação no Poder Judiciário;
- Promover a eficiência operacional e a sustentabilidade tecnológica, mediante o aproveitamento da infraestrutura já existente e da manutenção dos fluxos de integração previamente desenvolvidos, reduzindo o tempo e o custo de implantação de nova solução;



- Viabilizar a evolução do repositório centralizado de dados (*Data Warehouse*) e a constituição de *Datamarts*, em apoio à produção de relatórios gerenciais, indicadores estratégicos, sistemas de *Business Intelligence* (BI) e iniciativas de transformação digital no âmbito do TJPA.

Dessa forma, a contratação busca não apenas resolver a obsolescência tecnológica existente, mas também estabelecer uma base tecnológica sólida e sustentável para o crescimento e a consolidação das práticas de análise e gestão de dados no Tribunal.

2.4. Referência aos Estudos Técnicos Preliminares

- 2.4.1.** Este Termo de Referência foi elaborado considerando o Documento de Oficialização da Demanda (DOD) encaminhado pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação e os Estudos Técnicos Preliminares constantes do Processo Administrativo Eletrônico nº TJPA-MEM-2025/28471 e SEI 0002940-79.2026.8.14.0900.

2.5. Análise de Mercado de TIC

Para identificar a solução mais adequada às necessidades de integração de dados do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), foi realizado levantamento de mercado com foco em tecnologias consolidadas para integração de dados heterogêneos, observando-se experiências de contratações em órgãos públicos e instituições privadas. A análise incluiu soluções comerciais amplamente utilizadas, bem como alternativas baseadas em software livre, com o objetivo de verificar sua aderência técnica, viabilidade econômica e maturidade operacional.

2.5.1 - Solução 1 - Oracle Data Integrator (ODI) – Oracle Corporation.

O *Oracle Data Integrator Enterprise Edition* é uma plataforma de integração de dados voltada para ambientes corporativos que operam com grandes volumes de dados e múltiplas fontes. Baseada na arquitetura ELT (*Extract, Load and Transform*), permite que o processamento das transformações ocorra diretamente no banco de dados de destino, reduzindo a sobrecarga de *hardware* intermediário e melhorando o desempenho. A ferramenta oferece funcionalidades como controle de versões, repositório centralizado de metadados, agendamento de cargas, tratamento de erros e rastreabilidade, que contribuem para a governança de dados.

A solução possui integração nativa com o banco de dados *Oracle* e com outros produtos do ecossistema da empresa, tais como *Oracle GoldenGate*, *Oracle Cloud Infrastructure* (OCI) e *Oracle Business Intelligence*. Além do mais, o *Oracle Data Integrator* oferece robustez, escalabilidade e suporte especializado, o que o torna ideal para ambientes críticos que exigem alta disponibilidade e integridade dos dados.

Resumo técnico e econômico

- Alta compatibilidade com o ambiente Oracle;
- Continuidade de uso dos fluxos existentes;
- Baixo custo de adaptação e curva de aprendizagem reduzida;
- Suporte oficial e atualizações contínuas;
- Custo de aquisição elevado, porém, compensado por menor risco e maior estabilidade.

2.5.2 - Solução 2 - Talend Data Integration – Talend Inc.



O *Talend Data Integration* é uma plataforma modular para integração de dados que oferece versões *open source* e comerciais (*Talend Cloud* e *Talend Data Fabric*). Baseia-se em arquitetura ETL tradicional e permite a construção de pipelines com interface gráfica, além de suportar integração com fontes de dados relacionais, APIs, arquivos e serviços em nuvem. Conta com funcionalidades de transformação, enriquecimento, limpeza e sincronização de dados.

Apesar da versatilidade, a integração com ambientes *Oracle* não é nativa nem otimizada, o que exige maior esforço de configuração e eventuais adaptações nos fluxos já existentes. Além disso, a adoção do *Talend* exigiria a descontinuidade dos *pipelines* construídos com ODI, demandando reengenharia, mapeamento de requisitos e reimplementação integral da camada de integração.

Esta solução apresenta um custo inicial reduzido e uma flexibilidade de implantação, sendo atraente para projetos novos ou para ambientes com baixa dependência de outras soluções. No entanto, o custo total de propriedade tende a aumentar diante da necessidade de desenvolvimento, treinamento e adaptação da equipe técnica, além dos riscos associados à interrupção de fluxos críticos de integração.

Resumo técnico e econômico

- Arquitetura flexível com ampla conectividade;
- Integração limitada com o ambiente *Oracle*;
- Requer reengenharia de processos e curva de aprendizagem mais acentuada;
- Custo inicial inferior, mas maior custo operacional;
- Suporte disponível nas versões comerciais.

2.5.3 Solução 3 - *Pentaho Data Integration (PDI)* – Hitachi Vantara

Pentaho Data Integration, também conhecido como *Kettle*, é uma ferramenta gráfica de ETL que faz parte da suíte *Pentaho*. Amplamente utilizada em ambientes de *business intelligence*, é capaz de extrair, transformar e carregar dados de fontes diversas, com suporte a agendamentos, fluxos paralelos e transformações complexas. Seu modelo *open source* a torna atrativa sob o ponto de vista de custo inicial.

Contudo, sua integração com bancos de dados *Oracle* é genérica e não otimizada para alto desempenho. Não possui funcionalidades nativas para arquitetura ELT, o que implica maior uso de servidores intermediários para processamento. Assim como no caso do *Talend*, a adoção do PDI implicaria a reescrita dos fluxos atuais, aumento do tempo de implantação, maior esforço de capacitação da equipe técnica e introdução de novos riscos operacionais.

O *Pentaho* é mais indicado para instituições com demandas específicas em BI e ciência de dados, e menos adequado para operações contínuas de integração em larga escala como as exigidas pelo TJPA. Embora seu custo de licenciamento seja mínimo, o investimento em adaptação, suporte terceirizado e manutenção compensa negativamente essa economia.

Resumo técnico e econômico

- Solução madura em ambientes de BI;
- Baixa performance em ambientes *Oracle* e ETL com alta demanda;
- Alta necessidade de reengenharia e adaptação;
- Custo de licenciamento mínimo; custo de operação elevado;
- Comunidade ativa, mas suporte técnico dependente de terceiros.



Cada uma dessas soluções apresenta características distintas, que impactam a eficiência operacional, os custos de aquisição e manutenção e a adaptabilidade às necessidades do Tribunal.

SOLUÇÃO	RISCO	PROBABILIDADE (1–5)	IMPACTO (1–5)	CLASSIFICAÇÃO DO RISCO	MEDIDAS MITIGADORAS
Oracle Data Integrator	Elevação do custo total da contratação em função de licenciamento e suporte	2	4	Médio	Avaliação detalhada de custos por meio de TCO; negociação com fornecedor; contratação por módulos, se viável
	Risco de dependência tecnológica de fornecedor único (vendedor lock-in)	3	3	Médio	Inserção de cláusulas contratuais que garantam transferência de conhecimento e acesso a repositórios abertos
	Obsolescência futura da versão contratada	2	3	Baixo	Adoção de contrato com atualização contínua; acompanhamento de roadmap do fornecedor
Talend Data Integration	Incompatibilidade com sistemas Oracle e necessidade de reescrita dos fluxos	4	5	Crítico	Realização de prova de conceito antes da adoção; capacitação técnica prévia; avaliação de custo de migração
	Ausência de suporte técnico oficial na versão open source	3	4	Médio	Contratação da versão comercial com suporte; formalização de plano de suporte externo
	Aumento do tempo de implantação em razão da curva de	4	4	Alto	Estimativa realista de cronograma; capacitação



	aprendizagem e reengenharia				intensiva da equipe técnica
Pentaho Data Integrator	Baixo desempenho em grandes volumes de dados e com banco Oracle	4	4	Alto	Implementação piloto com avaliação de desempenho; uso restrito a pequenos volumes ou BI auxiliar
	Risco de falhas operacionais por falta de aderência a processos críticos já existentes	3	4	Médio	Mapeamento detalhado de fluxos existentes; desenvolvimento incremental; fase de transição monitorada
	Falta de suporte oficial direto e dependência de consultorias	3	3	Médio	Estabelecimento de contrato de suporte com empresa especializada; monitoramento de indicadores de serviço

2.6. Benefícios e Resultados

A contratação da ferramenta *Oracle Data Integrator Enterprise Edition* visa atender a objetivos estratégicos da área de tecnologia da informação do TJPA, já explicitados neste Estudo Técnico Preliminar. Os benefícios decorrentes dessa contratação vão além do mero atendimento aos requisitos funcionais, refletindo-se em ganhos institucionais em termos de eficiência, governança e sustentabilidade tecnológica.

Entre os benefícios complementares mais relevantes, destacam-se:

- **Redução do risco operacional associado à obsolescência tecnológica**, por meio da substituição de ferramenta atualmente em uso sem suporte do fabricante, com a consequente eliminação de falhas, instabilidades e limitações de compatibilidade.
- Incremento da eficiência na manutenção e evolução dos fluxos de integração, com menor esforço de adaptação, dado que a nova versão da ferramenta mantém compatibilidade com a lógica e estrutura já implementadas pela equipe interna.
- **Mitigação de custos ocultos**, como aqueles relacionados à reengenharia de processos, capacitação intensiva e aquisição de soluções paralelas para suprir funcionalidades ausentes em ferramentas alternativas.
- **Elevação da maturidade institucional na governança de dados**, mediante a adoção de uma plataforma aderente a padrões nacionais de interoperabilidade (MNI), com mecanismos integrados de rastreabilidade, versionamento e conformidade.



- **Melhoria no tempo de resposta às demandas por informação estratégica**, com reflexos positivos no planejamento institucional, na prestação de contas e no atendimento a órgãos de controle.

Portanto, os benefícios decorrentes da contratação consolidam e ampliam os objetivos anteriormente identificados, reforçando o alinhamento da solução com as diretrizes de transformação digital, transparência e racionalização dos recursos da Administração Pública.

2.7. Relação entre a Demanda Prevista e a Contratada

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	JUSTIFICATIVA DA QUANTIDADE
1	Plataforma de Integração de Dados	2	Processador	Cobertura de dois processadores, um para o ambiente de produção e outro para homologação, conforme exigências de desempenho e boas práticas de governança.
2	Atualização da Plataforma de Integração de Dados	2	Processador	Atualizações associadas às licenças adquiridas, garantindo evolução tecnológica e correções de segurança durante o ciclo de vida da solução.
3	Serviço de Suporte da Plataforma de Integração de Dados	2	Processador	Suporte técnico oficial da plataforma, essencial para atendimento de incidentes e manutenção preventiva e corretiva da solução.
4	Serviço de Implementação e Migração	1	Unidade	Prestação única para implantação de Ferramenta de Integração de Dados e migração dos fluxos de integração atualmente operantes na versão legada do ODI.

2.8. Impacto ambiental

A adoção de arquitetura *ELT*, característica da ferramenta *Oracle Data Integrator*, permite a execução de cargas de dados diretamente nos bancos de dados, reduzindo a necessidade de servidores intermediários e, consequentemente, o consumo de energia e recursos computacionais. Essa característica contribui para a redução da pegada ambiental associada ao processamento de dados

2.9. Impacto social e cultural

Não se aplica.



2.10. Conformidade Legal

2.10.1. Pressupostos legais, que definem as normas com as quais a solução de TIC deve estar em conformidade.

A solução de TIC a ser contratada deverá atender à legislação vigente, especialmente à Lei nº 14.133/2021, à Instrução Normativa nº 01/2023 (alterada pela IN nº 01/2025) e à Instrução Normativa nº 02/2024, ambas do TJPA, além da Resolução CNJ nº 468/2022, que trata das contratações de TIC no âmbito do Poder Judiciário. Deverá, ainda, observar as políticas e normas de segurança da informação adotadas pelo (nome do departamento do TJPA responsável pela contratação ou SETIC do TJPA).

2.10.2. Critérios legais também podem ser utilizados, como marco civil da internet, lei de propriedade intelectual do software entre outros normativos legais.

A solução deverá respeitar, ainda, os critérios legais aplicáveis ao seu funcionamento, como o Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014), a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709/2018), a Lei de Software (Lei nº 9.609/1998), entre outros. Também deverá observar os compromissos socioambientais do TJPA, previstos no Plano de Logística Sustentável (2021–2026), e boas práticas descritas no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (2024), bem como a jurisprudência e orientações do Tribunal de Contas da União (TCU), quando aplicáveis.

3. DA LICITAÇÃO

3.1. Da Pretensão da Contratação

Contratação de empresa especializada para o fornecimento de licença de uso, com suporte técnico, atualização e serviços de implantação do software *Oracle Data Integrator* (ODI), visando atender às necessidades operacionais e estratégicas do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, pelo período inicial de 12 (doze) meses, com possibilidade de prorrogação, nos termos da legislação vigente.

3.2. Natureza do Objeto da Contratação

A presente contratação refere-se à aquisição de licença de uso, com suporte técnico, atualização e serviços de implantação do software *Oracle Data Integrator* (ODI), por empresa especializada, pelo período de 12 (doze) meses, com possibilidade de prorrogação, nos termos dos art. 106 e 107 da Lei 14.133/2021.

O objeto se caracteriza como serviço de natureza continuada, nos itens 2 e 3, devido à sua habitualidade e essencialidade para a manutenção das operações tecnológicas do TJPA, exigindo execução regular e ininterrupta para garantir a integração e o fluxo de dados institucionais. Havendo também os itens 1 e 4 que possuem natureza não continuada.

3.3. Parcelamento e Adjudicação

A contratação da solução Oracle Data Integrator Enterprise Edition, acompanhada dos serviços de suporte técnico, atualização e implementação, não será objeto de parcelamento, tendo em vista a interdependência técnica e funcional entre os itens que compõem o objeto.

A solução apresenta caráter unitário e indivisível, na medida em que a aquisição das licenças de uso perpétuo exige, simultaneamente, a contratação dos serviços de suporte e atualização para garantir a segurança, a legalidade e a continuidade operacional da ferramenta. Além disso, a implantação da nova versão demanda serviços especializados de configuração e migração, os quais devem ser executados de forma integrada à entrega do software, a fim de assegurar sua plena funcionalidade desde o início da vigência contratual.



O parcelamento da contratação poderia comprometer a eficácia e a interoperabilidade entre os componentes da solução, resultando em riscos operacionais, aumento de custo global e fragmentação de responsabilidades contratuais, o que é contrário ao princípio da eficiência administrativa. Ressalte-se que, por se tratar de solução técnica específica, o fornecimento conjunto por um único contratado permite maior coesão na execução, otimização do cronograma de implantação e redução do risco de incompatibilidade entre entregas distintas.

Dessa forma, a forma de adjudicação será em lote único (Grupo Único) se justifica pela necessidade de garantir a integridade técnica, a eficiência na gestão contratual, a economia de escala e a economicidade da solução, em conformidade com os princípios previstos na Lei nº 14.133/2021 e nos normativos internos do TJPA.

3.4. Matriz de Risco

Considerando que a contratação do Oracle Data Integrator (ODI), com suporte técnico, atualização e serviços de implantação, possui escopo definido e riscos ordinários adequadamente tratáveis por meio do planejamento, da fiscalização contratual, dos critérios de aceite e das cláusulas contratuais usuais, fica dispensada, no caso concreto, a adoção de matriz de alocação de riscos, sem prejuízo da análise e do gerenciamento dos riscos ao longo de todo o processo de contratação e da execução contratual.

3.5. Modalidade e Tipo de Licitação

Nos termos da Lei nº 14.133/2021, a contratação de empresa especializada para o fornecimento de licença de uso, com suporte técnico, atualização e implantação do software Oracle Data Integrator (ODI), pode ser enquadrada como aquisição de bens e serviços comuns de tecnologia da informação, desde que os requisitos técnicos sejam objetivos, padronizados e comparáveis entre os fornecedores.

Diante disso, será adotada a modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento do tipo menor preço, conforme os arts. 28, inciso I, e 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, em consonância com a Resolução CNJ nº 468/2022.

3.6. Da subcontratação

- () Não será admitida a subcontratação.
(X) Será admitida a subcontratação do objeto.

3.6.1. É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

3.5.1.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação, a qual consiste em **Fornecimento de Licenças Oracle Database Enterprise Edition – Processor perpetual.**

3.5.1.2. A subcontratação fica limitada a prestação dos serviços de suporte técnico, atualização e implantação.

3.5.-A Consórcio e Cooperativas

Não será admitida a participação de empresas em consórcio nem de sociedades cooperativas na presente contratação. O objeto possui natureza unitária, integrada e indivisível, reunindo, em lote único, o fornecimento de licença de uso de software proprietário Oracle ODI, suporte técnico, atualização e implantação, com interdependência técnica e funcional entre os itens e necessidade de responsabilidade contratual centralizada. No caso das cooperativas, a vedação decorre da incompatibilidade do objeto com a lógica do art. 16 da Lei nº 14.133/2021, uma vez que a contratação não se refere apenas a serviços especializados complementares, mas a uma solução híbrida que envolve, de forma integrada, licenciamento, suporte, atualização e



implantação, além de demandar equipe técnica própria e estrutura operacional apta a assegurar a adequada execução contratual.

3.7. Exclusividade para microempresas e empresas de pequeno porte

Valor de referência: R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais). – Artigo 48, I, da Lei nº 123/2006.

Licitação

() Sim

(x) Não

Não sendo a licitação exclusiva, há item ou lote exclusivo?

Item/lote

(x) Não

() Sim

Apontar os itens/lotes exclusivos:

Justificativa para não adoção:

() Não há um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados localmente ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório.

() Não é vantajoso para a administração pública, conforme demonstrado na justificativa abaixo.

() Representa prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.

3.8. Critério técnico de aceitação das propostas

3.8.1. Habilitação técnica:

(X) Atestado de capacidade técnica

(X) Outros

Quais? Declaração de licitante

Para fins de habilitação técnica, a licitante deverá apresentar a seguinte documentação:

I. Capacidade Técnico-Operacional:

a) Apresentação de, no mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da licitante, que comprove o fornecimento de licença de software com serviços de implantação e suporte técnico de solução de integração de dados, compatível em características com o objeto desta contratação.

II. Capacidade Técnico-Profissional:

a) Declaração da licitante de que possui e manterá, durante toda a vigência contratual, equipe técnica própria com profissionais qualificados, com experiência comprovada na implantação e suporte de soluções de integração de dados, preferencialmente com domínio do software Oracle Data Integrator (ODI) ou solução equivalente.

b) Para demonstrar a disponibilidade do responsável técnico, dispensa-se vínculo empregatício prévio; admite-se CTPS, contrato de trabalho, contrato de prestação de serviços, vínculo societário ou declaração de contratação futura



com anuência do profissional. O profissional indicado deverá participar da execução, permitindo-se substituição por equivalente ou superior, com anuência da Administração.

III. Documentação Complementar:

a) Caso a licitante não seja a fabricante do software, deverá apresentar um documento comprobatório de situação regular como parceiro Oracle, emitida pela fabricante ou por seu distribuidor oficial, que comprove que a proponente está autorizada a comercializar, implantar e prestar suporte técnico da solução Oracle Data Integrator (ODI).

Tal medida garante a autenticidade das licenças, a conformidade com as políticas do fabricante, a qualidade dos serviços prestados e a mitigação de riscos operacionais, jurídicos e de descontinuidade no ambiente tecnológico do Tribunal de Justiça do Pará.

3.7.2. Habilitação econômica e financeira:

() NÃO SE APLICA

(x) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida há no máximo 90 (noventa) dias anteriores à data de abertura do certame;

(x) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta;

(x) A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

LG = $\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{realizável a longo prazo}}{\text{Passivo circulante} + \text{passivo não circulante}}$

Passivo circulante + passivo não circulante

SG = $\frac{\text{Ativo total}}{\text{Passivo circulante} + \text{passivo não circulante}}$

Passivo circulante + passivo não circulante

LC = $\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo circulante}}$

Passivo circulante

(x) As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar capital mínimo ou patrimônio líquido de no mínimo 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

4. DA EXECUÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

4.1. Papéis desempenhados na contratação

	Gestor do Contrato	Fiscal Demandante	Fiscal Técnico	Fiscal Administrativo
Nome	Igor Pinto Simões	Funções exercidas pelo Fiscal Técnico	Carlos Feliz Paixão	-----



Matrícula	79154	-----	117129	-----
E-mail	igor.simoaes@tjpa.jus.br	-----	carlos.paixao@tjpa.jus.br	-----
SUPLENTES				
	Gestor do Contrato	Fiscal Demandante	Fiscal Técnico	Fiscal Administrativo
<i>Há Indicação?</i>	Sim	Não	Sim	Não
Nome	Carlos Feliz Paixão	-----	Simon Afonso Correa Lobato	-----
Matrícula	117129	-----	116483	-----
E-mail	carlos.paixao@tjpa.jus.br	-----	simon.correa@tjpa.jus.br	-----

Justifica-se a cumulação das funções de Fiscal Demandante e Fiscal Técnico em razão da reduzida disponibilidade de servidores com conhecimento especializado na solução Oracle Data Integrator (ODI), da elevada convergência entre os aspectos funcionais e técnicos do objeto e do fato de o servidor designado atuar diretamente na área demandante, reunindo conhecimento da necessidade de negócio e da solução tecnológica. A medida observa os princípios da eficiência, economicidade e racionalização administrativa, sem prejuízo da efetividade da fiscalização, mantida a distinção em relação ao Gestor do Contrato.

4.2. Formas de comunicação e acompanhamento da execução do contrato

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

As comunicações entre o TJPA e a empresa devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

Caso a CONTRATADA não responda à mensagem de correio eletrônico no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, será contabilizada a leitura automática ao fim do referido período, e caso a EMPRESA não atenda aos telefones fornecidos no mesmo prazo, a fiscalização poderá iniciar processo administrativo para aplicação de penalidade. Não serão acatadas alegações de falhas ou dificuldades técnicas no recebimento das mensagens.

O contrato será gerido pelos servidores elencados no item 4.1. deste Termo de Referência, ou outro servidor formalmente designado pela Administração, que será comunicado à contratada.

A CONTRATADA deverá fornecer previamente os contatos de e-mail e telefone de seu(s) preposto(s). Estes serão os principais canais de comunicação a serem utilizados durante a execução do contrato, devendo as partes optarem pelo uso preferencial de e-mails, para geração de registros documentais.

4.3. Principais marcos e eventos da Execução do contrato

4.3.1. A tabela abaixo foi elaborada com os principais marcos e eventos relevantes que ocorrerão durante a execução do contrato:

Etapa	Descrição	Prazo de conclusão	Atores envolvidos	Comprovante de entrega	Meio de comprovação
01	Reunião de alinhamento Inicial	7º dia após assinatura do contrato	Equipe técnica do TJPA e	Ata de reunião	Anexo no sistema de gerenciamento



			contratada do TJPA		de contratos do TJPA
02	Repasse de conhecimento	5 dias úteis após a Etapa 01	Equipes técnicas da contratada e do TJPA	Ata de reunião	Anexo no sistema de gerenciamento de contratos do TJPA
03	Início da prestação de serviços	Até 30 dias após a Etapa 01	Equipe técnica da contratada	E-mail	Anexo no sistema de gerenciamento de contratos do TJPA

4.3.2. Da Reunião de Alinhamento

4.3.2.1. Deverá ser realizada, até o 7º (sétimo) dia útil após a última assinatura do Contrato pelas partes, por meio de videoconferência ou presencialmente no Centro de Tecnologia e Informação do Poder Judiciário do Estado do Pará, localizado na Avenida Pedro Miranda, 2403 – Pedreira – Belém-PA, uma reunião de alinhamento, com a participação do preposto da Contratada, conforme agendamento efetuado pelo Gestor do Contrato e com a presença dos Fiscais, do representante legal da empresa, do preposto e do Gerente de Projetos da Contratada, com o objetivo de:

- nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas neste Termo de Referência, na Proposta e no Contrato, esclarecendo, caso necessário, possíveis dúvidas acerca do objeto;
- identificar as expectativas a respeito do Plano de Inserção de Serviços;
- apresentação, pela Contratada, dos números de telefone para contato com o Gerente de Projetos; e
- apresentação, pela Contratada, da equipe responsável pela execução dos serviços, composta por profissionais capacitados na manutenção, evolução e atualização do *Oracle Data Integrator*.

4.3.2.2. Após a reunião de alinhamento deverá ser gerada uma Ata com o resultado da mesma e esta deverá ser assinada pela Contratante e pela Contratada.

4.3.3. Do repasse de conhecimento

4.3.3.1. No prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados do primeiro dia útil após a reunião de alinhamento, o Tribunal realizará o repasse **inicial** de conhecimento à Contratada, de forma remota, compreendendo, no mínimo:

- apresentação de políticas e processos de trabalho;
- apresentação das funcionalidades da ferramenta para Sistema de Gestão de Serviços;
- repasse de conhecimento da metodologia de desenvolvimento de software do Tribunal;
- apresentação das localidades físicas;

4.3.4. Do Início de Prestação dos Serviços

4.3.4.1. No prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, contados do primeiro dia útil após a realização da Reunião de Alinhamento, a Contratada deverá iniciar a execução dos serviços.

4.3.4.2. A Contratada deverá enviar ao Tribunal a comunicação do início da execução dos serviços, no e-mail do Gestor do Contrato.

4.3.4.3. Nos primeiros 3 (três) meses de vigência contratual, não serão aplicadas glosas relacionadas aos indicadores previstos neste Termo de Referência (período de estabilização), devido ao período de ambientação da Contratada aos processos de trabalhos e sistemas no Tribunal.



4.3.4.3.1. Caso haja prorrogação da vigência contratual, não haverá novo período de estabilização.

4.4. Dinâmica de execução

- 4.4.1. Os serviços contratados serão prestados em regime de teletrabalho.
- 4.4.2. O espaço físico, mobiliário e equipamentos de informática adequados à prestação do serviço deverão ser providos pela Contratada, cabendo ao Tribunal apenas o fornecimento de acesso remoto para conectividade à sua rede interna e aos ambientes de homologação, repositório de sistemas e projetos.
- 4.4.3. Nesse caso específico, os computadores fornecidos pela Contratada deverão ter a capacidade e processamento adequados para executar as demandas contratadas.
- 4.4.4. Os serviços, por padrão, deverão ser executados em turnos diários de até 8 (oito) horas, compreendendo o período das 7h às 17h (horário de Belém), de segunda a sexta-feira, em dias úteis, seguindo o calendário de funcionamento do Tribunal. Esse horário poderá ser ajustado, desde que em comum acordo com o Tribunal.
- 4.4.5. O contato com servidores do Tribunal após o horário de expediente (das 7h às 14h) será realizado por meio dos telefones de plantão informados pelo Gestor do Contrato.
- 4.4.6. Consideram-se dias não úteis apenas os sábados, domingos, feriados nacionais e locais, no município de Belém-PA.
- 4.4.7. Excepcionalmente, e a seu exclusivo critério, o Tribunal poderá determinar a execução de atividades pela Contratada em dia não útil ou fora do horário normal estabelecido neste Termo de Referência, principalmente para os serviços que demandam a paralisação do sistema *Oracle Data Integrator* ou que não possam ser executados durante o horário comercial.
- 4.4.8. Para os casos de aumento de demanda ou fato que o justifique, como antecipação de prazos de entrega por parte da Contratada, deslocamento de prestadores de serviço/colaboradores nos finais de semana, implementação de rotina que necessitem paralisação dos serviços disponíveis aos usuários, depuração de erros críticos entre outros, os serviços poderão, a critério da Contratada, desde que previamente autorizado pelo Tribunal, serem realizados em trabalho noturno, ou aos finais de semana e feriados, observada a responsabilidade da CONTRATADA quanto às despesas de passagens, hospedagens, alimentação dentre outras.
- 4.4.9. Não caberá ao Tribunal nenhum ônus adicional, além dos já estabelecidos no Termo de Referência e no contrato por ele gerado.
- 4.4.10. A rotina de execução do contrato, quanto ao suporte técnico, deverá observar:
 - 4.4.10.1. A Contratada deverá prestar garantia técnica dos serviços entregues, durante o prazo de 90 (noventa) dias subsequentes à entrega, contados a partir do Termo de Aceite emitido pela Contratante em relação às Ordens de Serviço, mesmo após o término da vigência do Contrato.
 - 4.4.10.2. Os serviços realizados pela Contratada deverão ser cobertos por garantia durante toda a vigência do Contrato.
 - 4.4.10.3. Caso a Contratante não realize a implantação do produto da OS, no período de 30 (trinta dias) dias corridos, após a emissão do Termo de Aceite, iniciar-se-á o prazo de garantia.
 - 4.4.10.4. Caberá à Contratada, no período de garantia, sem ônus para a Contratante, realizar toda a correção decorrente dos erros ou falhas cometidas na execução dos serviços contratados e/ou decorrentes de integração e adequação sistêmica, desde que, comprovadamente, não tenham se dado em razão das especificações feitas pela Contratante.
 - 4.4.10.5. O prazo para correção de defeitos não poderá ser superior a 5% (cinco por cento) do período decorrido entre a data de entrega da OS à Contratada e a data do Termo de Aceite dos serviços.



- 4.4.10.6. O atendimento para as demandas, inclusive as emergenciais, deverá ser feito de acordo com os Critérios para Atendimento dos Chamados Técnicos definidos no Contrato.
- 4.4.10.7. Caso um componente de software e/ou artefato referente a um serviço contratado seja alterado pela Contratante ou por outro Fornecedor por ele designado, a garantia cessará apenas para esses produtos.
- 4.4.10.8. Correrão, exclusivamente às custas da Contratada, as manutenções corretivas necessárias durante o período de garantia do serviço prestado.
- 4.4.10.9. A Contratada disponibilizará, sem ônus para a Contratante, plantão de 24h por dia, sete dias por semana, via telefone e WhatsApp, para atendimento de demandas emergenciais relativas ao serviço de monitoramento e gerenciamento.
- 4.4.10.10. Deverão ser fornecidos 2 (dois) números de telefone, um principal e outro reserva, de duas operadoras telefônicas distintas, para contato com o Gestor de Contrato.
- 4.4.11. O prazo de vigência do contrato será de 12 meses, contado da data de assinatura do contrato.

4.5. Acordo de nível de serviço (SLA):

- 4.5.1. Serão utilizados os seguintes instrumentos formais de solicitação de execução dos serviços:
- a) Ordem de serviço; e
 - b) Chamado técnico.
- 4.5.2. A Contratada atenderá os chamados de suporte técnico da Contratante, respeitando as condições e os níveis de severidade exigidos, que serão contados a partir do recebimento das solicitações, inclusive as proativas, decorrentes de alertas produzidos por ferramentas de monitoramento continuado ou qualquer outra forma de alarme.
- 4.5.3. Os chamados serão classificados pela Contratante, conforme os seguintes níveis de severidade: CRÍTICA, ALTA, MÉDIA e BAIXA, conforme especificação abaixo:

TABELA DE SEVERIDADE DOS PROBLEMAS X TEMPO DE ATENDIMENTO/SOLUÇÃO DE CONTORNO				
Severidade	Descrição	Tempo de Atendimento (a ser contabilizados 3 (três) meses após a assinatura do Contrato)		
		TMIA	TMSO	TMSD
		17:00 às 18:30 (dias úteis)	17:00 às 18:30 (dias úteis)	17:00 às 18:30 (dias úteis)
Crítica	Problema causa perda ou paralisação total de sistemas em produção. O trabalho não pode ter sequência razoável, a operação passa a ser crítica para o negócio e a situação constitui uma emergência.	10 minutos	20 minutos	30 minutos
Alta	Problema interrompe operações, mas o sistema continua respondendo, ainda que de modo restrito.	20 minutos	30 minutos	40 minutos
Média	Problema não causa nenhuma perda de funcionalidade. Constitui erro irrelevante, comportamento incorreto ou erro de documentação, que de nenhuma	30 minutos	40 minutos	50 minutos



	maneira impede a operação do sistema.			
Baixa	Esclarecimento de dúvidas ou consultas técnicas.	1 hora	1 hora e 30 minutos	2 horas

4.5.4. Onde:

- a) TMIA – Tempo máximo para início de atendimento: Tempo máximo requerido para o início do atendimento ao produto;
- b) TMSO – Tempo máximo para solução operacional: Tempo máximo requerido para contornar o problema e deixar o sistema/serviço disponível (MTTR – Maximum Time to Repair/Restore - tempo máximo de recuperação); e
- c) TMSD – Tempo máximo para solução definitiva do chamado.

4.5.5. A critério da Contratante, o TMSD poderá ser aumentado, mediante pedido justificado apresentado pela Contratada e aprovado pela Contratante.

4.5.6. A entrega dos artefatos será feita por meio de repositório de ferramentas de versionamento como “GitLab”, “Git”, “Nexus”, próprio ou da Contratante, ou disponibilizado para download em site oficial ou em mídia digital, a qual deverá ser entregue na Contratante.

4.5.7. Os serviços de desenvolvimento evolutivo e adaptativo deverão ser entregues conforme demanda da Contratante, cabendo o pagamento apenas sobre os quantitativos demandados, fornecidos e efetivamente implantados.

4.5.8. Caberá à Contratante rejeitar os artefatos em desacordo com a OS.

4.5.9. Prazos máximos superiores aos definidos no subitem 4.5.3 deste Termo de Referência, poderão ser excepcionalmente admitidos a critério da Contratante, quando condições supervenientes venham a interferir no andamento do serviço.

4.5.10. Para os incidentes ocorridos fora do horário entre 17:00 e 18:30 horas, será aplicado o seguinte nível de exigência:

4.5.11. A aferição do cumprimento dos prazos de atendimento (TMIA, TMSO, TMSD) será realizada mensalmente pela área técnica do TJPA, com base em relatórios gerados pelo sistema de chamados da contratada, que deve ser integrado ao sistema do TJPA ou fornecer acesso gratuito e irrestrito à administração.

4.5.12. A Contratada deverá enviar relatório mensal de desempenho até o 5º dia útil do mês subsequente, contendo: Número total de chamados; percentual de chamados atendidos dentro do TMIA, TMSO e TMSD, por nível de severidade e justificativas para eventuais descumprimentos.

4.5.13. O descumprimento dos prazos definidos nas tabelas de severidade acarretará aplicação de multas conforme disposto no item 4.18.16

4.5.14. As multas aqui previstas não excluem outras penalidades legais e contratuais (advertência, suspensão, rescisão, etc.).

4.5.15. As justificativas apresentadas pela Contratada serão analisadas pela área técnica e, caso sejam aceitas, poderão afastar a aplicação da penalidade, conforme previsto nos itens 4.5.5 e 4.5.9.

TABELA DE SEVERIDADE DOS PROBLEMAS X TEMPO DE ATENDIMENTO/SOLUÇÃO DE CONTORNO				
Severidade	Descrição	Tempo de Atendimento (a ser contabilizados 3 (três) meses após a assinatura do Contrato)		
		TMIA	TMSO	TMSD



		07:00 às 17:00 (dias úteis)	07:00 às 17:00 (dias úteis)	07:00 às 17:00 (dias úteis)
Crítica	Problema causa perda ou paralisação total de sistemas em produção. O trabalho não pode ter sequência razoável, a operação passa a ser crítica para o negócio e a situação constitui uma emergência.	30 minutos	2 horas	4 horas
Alta	Problema interrompe operações, mas o sistema continua respondendo, ainda que de modo restrito.	2 horas	4 horas	8 horas
Média	Problema não causa nenhuma perda de funcionalidade. Constitui erro irrelevante, comportamento incorreto ou erro de documentação, que de nenhuma maneira impede a operação do sistema.	4 horas	8 horas	12 horas
Baixa	Esclarecimento de dúvidas ou consultas técnicas.	8 horas	12 horas	24 horas

4.6. Forma de recebimento provisório/definitivo e qualidade

4.6.1. O Fiscal do Contrato certificará a liberação das licenças e fará o *download* do software correspondente.

4.6.2. O Fiscal irá certificar-se que o acesso ao suporte está ativo e disponível.

a. O **recebimento provisório** ocorrerá imediatamente após a entrega da licença de uso do software e da conclusão dos serviços de MIGRAÇÃO DE DADOS, mediante emissão de termo de recebimento provisório pela unidade requisitante, atestando que o objeto foi entregue em conformidade com as especificações contratuais e técnicas mínimas estabelecidas.

b. O **recebimento definitivo** será formalizado após período de observação e testes, com duração máxima de 30 (trinta) dias, durante o qual será verificada a plena funcionalidade da solução implantada, bem como a prestação adequada do suporte técnico e dos serviços de atualização, de acordo com os requisitos definidos neste Termo de Referência e nos manuais técnicos da fabricante. Será emitido termo de recebimento definitivo pela área técnica responsável, desde que não haja pendências ou desconformidades.

c. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade pela perfeita execução do serviço, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

A avaliação de qualidade da solução implantada será realizada:

a. Por meio de critérios técnicos e documentais, incluindo: análise do desempenho da integração de dados, conformidade com os padrões de arquitetura da informação definidos pelo TJPA, verificação da documentação técnica entregue (incluindo manuais, cronograma executado, e plano de sustentação), validação de treinamentos realizados (quando aplicável) e aferição da aderência da solução às necessidades funcionais apresentadas na fase de planejamento.

4.7. Forma de Pagamento

4.7.1. Da Identificação dos Valores Devidos

4.7.2. Da Liquidação e Pagamento

a) O pagamento será realizado somente após a realização do recebimento definitivo pela equipe de gestão e fiscalização, o qual será formalizado por meio do atesto da nota fiscal de cobrança;

b) Após o recebimento definitivo, o pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da EMPRESA, em no máximo 30 (trinta) dias corridos;

c) O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da lei n. 14.133, de 2021;

d) Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;
- a data de emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante;
- o período respectivo de execução do contrato;
- o valor a pagar;
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

e) Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

f) A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021;

g) A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- I. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- II. identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

h) Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

i) O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

j) Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para



que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

- k) Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa;
- l) Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.
- m) O TJPA realizará o pagamento no prazo de até 30 (trinta) dias, contado do recebimento definitivo do serviço objeto da ata de registro de preços ou do contrato e da apresentação do documento fiscal correspondente;
- n) No caso de atraso pelo TJPA, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o tempo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária;
- o) O TJPA, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar à Fornecedora, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela Fornecedora, nos termos pactuados;
- p) No caso de atraso de pagamento, desde que a Fornecedora não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pelo TJPA encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples;
- q) O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.
- r) O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA;
- s) Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;
- t) Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;
- u) Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente;
- v) A(s) EMPRESA(S) fornecedora, regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar. O pagamento ficará ainda condicionado, à consulta e constatação de que a empresa permanece como enquadrada ao regime do Simples Nacional por ocasião da liquidação da despesa.



- w) A CONTRATADA deverá enviar nota fiscal/fatura para o CONTRATANTE, via endereço de e-mail protocolo.geral@tjpa.jus.br, com a especificação do número e ano do contrato, bem como a indicação da Secretaria de Informática como destinatário;
- x) O envio das notas fiscais/faturas deverá ocorrer, preferencialmente, até o 5º dia subsequente ao recebimento definitivo dos serviços pelo fiscal do contrato e, impreterivelmente, até o 30º dia subsequente a esse recebimento, sob pena de abertura de processo administrativo de aplicação de penalidade;
- y) No caso do serviço de suporte, o pagamento será realizado mensalmente. Em caso do não cumprimentos dos atendimentos dos níveis de serviço descritos no item 4.5.10, poderão ser aplicadas multas conforme os itens 4.18.12, 4.18.13 e 4.18.14 deste instrumento.

4.8. Declaração da Licitante

- 4.8.1** Declaração da contratada, apresentada no momento da assinatura contratual, que deverá manter, durante toda a vigência contratual, equipe técnica própria ou subcontratada com profissionais qualificados, com experiência comprovada na implantação e suporte de soluções de integração de dados, preferencialmente com domínio do *Oracle Data Integrator* ou solução equivalente.

4.9. Carta de Solidariedade

Não se aplica.

4.10. Garantia Contratual

- 4.10.1.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 5% do valor inicial do contrato e condições descritas nas cláusulas do contrato.
- 4.10.1.2. Caberá à CONTRATADA optar por uma das seguintes modalidades de garantia, conforme §1º do art. 96:
 - Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;
 - Seguro-garantia;
 - Fiança bancária;
 - Título de capitalização.
- 4.10.1.3. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária terá prazo de um mês, contado da data de homologação da licitação, para sua apresentação, que deve ocorrer antes da assinatura do contrato.
- 4.10.1.4. No caso do seguro-garantia, deverá conter explicitamente o prazo de validade que deverá abarcar a vigência do contrato.
- 4.10.1.5. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.
- 4.10.1.6. Nas contratações de serviços e fornecimentos contínuos com vigência superior a 1 (um) ano, assim como nas subseqüentes prorrogações, será utilizado o valor anual do contrato para definição e aplicação dos percentuais.
- 4.10.1.7. A garantia contratual prestada pela contratada deverá ser atualizada sempre que houver atualização do valor do contrato, havendo ou não prorrogação contratual.
- 4.10.1.8. Os riscos a serem cobertos seja por qualquer das garantias são:
 - prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas, e
 - multas moratórias e punitivas aplicadas pelo CONTRATANTE à CONTRATADA.
- 4.10.1.9. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

4.11. Direitos de Propriedade Intelectual e direitos autorais



4.11.1. Sem prejuízo dos direitos de propriedade intelectual do fabricante sobre o software Oracle Data Integrator (ODI), deverão ser assegurados ao TJPA os direitos de uso institucional sobre a documentação, os artefatos técnicos, os scripts auxiliares, as parametrizações, os modelos, os relatórios, os fluxos implantados, os procedimentos operacionais e os demais produtos elaborados especificamente no contexto da execução contratual.

4.11.2. A contratada deverá ceder ao TJPA, no que couber e observados os limites legais e contratuais aplicáveis, os direitos patrimoniais incidentes sobre os artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo documentação técnica, manuais, modelos de dados, registros operacionais, bases auxiliares, relatórios, scripts auxiliares e demais entregáveis desenvolvidos especificamente para atendimento da contratação.

4.11.3. Não se incluem na cessão prevista no subitem anterior os direitos de propriedade intelectual do fabricante sobre o software Oracle Data Integrator (ODI), suas bibliotecas proprietárias, componentes nativos, código-fonte original, marcas, atualizações proprietárias e demais elementos protegidos por regime próprio de licenciamento.

4.11.4. A contratada deverá assegurar que os artefatos e documentos produzidos durante a execução contratual sejam entregues em formato aberto ou amplamente acessível, sempre que tecnicamente possível, de modo a viabilizar sua leitura, auditoria, manutenção e reaproveitamento institucional pelo TJPA.

4.12. Obrigações do Contratante

- 4.12.1. Verificação das regularidades fiscais, trabalhistas e previdenciárias para fins de pagamento;
- 4.12.2. Permitir o acesso às dependências do TJPA, aos técnicos do fornecedor responsáveis pela execução dos serviços de garantia quando necessários;
- 4.12.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos técnicos da fornecedora;
- 4.12.4. Comunicar formalmente qualquer anormalidade referente aos serviços de garantia quando necessários;
- 4.12.5. Responsabilizar-se pelos pagamentos dos bens fornecidos pela fornecedora;
- 4.12.6. Realizar a instalação dos produtos e o atendimento inicial dos chamados técnicos conforme o manual de instalação fornecido pelo fabricante.
- 4.12.7. Receber o objeto fornecido pela Contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas.
- 4.12.8. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base na Avaliação de Resultado.

4.13. Obrigações da Contratada

4.13.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- 4.13.1.1. Entregar as licenças *do Oracle Data Integrator* conforme especificações, prazos e locais constantes neste Termo, bem como regras descritas no edital e seus anexos.
- 4.13.1.2. A Contratada deverá fornecer previamente os contatos de e-mail e telefone de seu(s) preposto(s). Estes serão os principais canais de comunicação a serem utilizados durante a execução do contrato, devendo as partes optarem pelo uso preferencial de e-mails, para geração de registros documentais.



- 4.13.1.3. Atender as solicitações feitas caso o suporte necessite ser acionado, cumprindo os termos do contrato;
- 4.13.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal da contratação ou gestor do contrato;
- 4.13.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 4.13.1.6. Manter seus profissionais, quando nas dependências do CONTRATANTE, em perfeitas condições de apresentação e asseio, submetendo-os às normas internas de conduta, segurança e disciplina e à Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação, instituída pela Resolução CNJ 351/2020, sem que se configure, com isso, qualquer vínculo empregatício com o órgão.
- 4.13.1.7. Substituir, no prazo estabelecido pelo CONTRATANTE, qualquer um de seus empregados que for considerado inconveniente à boa ordem, demonstre incapacidade técnica, perturbe a ação da fiscalização do CONTRATANTE, não acate as suas determinações ou não observe às normas internas do CONTRATANTE.
- 4.13.1.8. Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor da contratação, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 4.13.1.9. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 4.13.1.10. Manter durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação, na contratação;
- 4.13.1.11. Cumprir, durante todo o período de execução da contratação, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 4.13.1.12. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no instrumento contratual e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 4.13.1.13. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência, acompanhado da respectiva Nota Fiscal, na qual constarão as indicações referentes ao número da Nota de Empenho a que se refere, atentando para que a discriminação do produto e a unidade estejam de acordo com a descrição do objeto, a marca, fabricante e prazo de validade.
- 4.13.1.14. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os Arts. 12, 13 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei Nº 8.078, de 1990).
- 4.13.1.15. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos.
- 4.13.1.16. Além do contido na Lei Nº 14.133/21, são obrigações da Contratada responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes, bem como taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.
- 4.13.1.17. Reparar e corrigir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto da contratação, em que se verificarem incorreções resultantes do transporte ou de meios empregados.



- 4.13.1.18. Atender prontamente às solicitações do CONTRATANTE acerca de dúvidas quanto a procedimentos de configuração ou atualização das licenças.
- 4.13.1.19. Executar o fornecimento por meio de pessoas idôneas, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou faltas que eles venham a cometer no desempenho das funções, podendo o TJPA exigir a retirada daquela cuja conduta seja julgada inconveniente, obrigando-se, também, a indenizar o TJPA por todos os danos e prejuízos que eventualmente ocasionarem.
- 4.13.1.20. Entregar todos os produtos mediante a apresentação da respectiva Nota Fiscal, constando no campo “observações”, o número da NOTA DE EMPENHO a que se refere, atentando para que a discriminação do produto e a unidade estejam de acordo com o Termo de Referência.
- 4.13.1.21. Estar em situação regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.
- 4.13.1.22. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade, sobre todo e qualquer assunto de interesse do CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto da contratação, respeitando todos os critérios estabelecidos, aplicáveis aos dados, informações e as regras de negócio, devendo orientar seus empregados nesse sentido.
- 4.13.1.23. Durante a execução, a contratada manterá os perfis mínimos da equipe comprometidos na proposta, podendo substituir profissionais por equivalentes ou superiores, mediante aprovação da Administração.
- 4.13.1.24. Manter atualizada, durante toda a execução contratual, a documentação técnica e operacional da solução Oracle Data Integrator (ODI), inclusive arquitetura, parametrizações, integrações, fluxos, dependências, rotinas implantadas, procedimentos de operação, recuperação, monitoração e contingência.
- 4.13.1.25. Garantir ao TJPA acesso institucional aos artefatos, repositórios, fluxos implementados, registros operacionais e demais elementos produzidos ou atualizados no âmbito da contratação, nos limites juridicamente permitidos e tecnicamente aplicáveis.
- 4.13.1.26. Executar, em caso de interrupção contratual, as atividades de transição e encerramento definidas neste Termo de Referência, com entrega documentada dos artefatos, transferência final de conhecimento e apoio técnico à retomada da solução.
- 4.13.1.27. Adotar as providências necessárias para que a transição contratual ocorra sem perda de integridade, rastreabilidade, consistência e disponibilidade dos elementos configurados e implantados na solução.
- 4.13.1.28. Observar, na execução do objeto, as condições de licenciamento da solução Oracle, abstendo-se de praticar qualquer ato que comprometa a regularidade do uso institucional da ferramenta pelo TJPA.

4.14. Obrigações de Ambas as Partes

- 4.14.1. As definições e obrigações desta contratação seguirão a Lei 13.709/2018 (LGPD), bem como as demais normas e leis aplicáveis à proteção de dados, especialmente as editadas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados Pessoais - ANPD.
- 4.14.2. A CONTRATANTE será considerado o titular dos dados pessoais.
- 4.14.3. As partes CONTRAENTES serão consideradas agentes de tratamento com os seguintes papéis:
- 4.14.4. TRIBUNAL DE JUSTIÇA: será a controladora dos dados pessoais.
- 4.14.5. CONTRATADA: será a operadora dos dados pessoais, sendo seu dever tratá-los respeitando a finalidade da contratação.
- 4.14.6. É proibido às partes utilizar qualquer informação pessoal fornecida em decorrência da execução do contrato para fins diferentes daqueles previstos no objeto do contrato, sujeitas à responsabilização administrativa, cível e criminal.
- 4.14.7. As partes comprometem-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações, especialmente dados pessoais e sensíveis, fornecidos em decorrência da execução do



contrato, conforme estabelecido na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedada a transferência dessas informações a outras empresas ou pessoas, exceto em casos de obrigações legais ou para cumprir o objeto do contrato.

- 4.14.8.** As partes serão responsáveis administrativa e judicialmente por danos materiais, morais, individuais ou coletivos, causados aos titulares dos dados pessoais fornecidos em decorrência da execução do contrato, por descumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados.
- 4.14.9.** Em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados, o CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste contrato, terá acesso aos dados pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais como CPF, RG, endereço eletrônico, endereço residencial e cópia do documento de identificação.
- 4.14.10.** A CONTRATADA reconhece a existência da Lei Geral de Proteção de Dados e compromete-se a ajustar todos os procedimentos internos conforme o disposto na legislação, visando proteger os dados pessoais fornecidos pelo CONTRATANTE.
- 4.14.11.** A CONTRATADA deverá informar ao CONTRATANTE, dentro de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acesso não autorizado aos dados pessoais, assim como situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, divulgação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilegal, adotando as medidas previstas no artigo 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.

4.15. Estimativa de preços

- 4.15.1.** Considerando a pesquisa prévia feita a partir de outras contratações, e tendo como parâmetro os quantitativos levantados pela área técnica, estima-se o valor da contratação, junto com o suporte de 12 (doze) meses, de **R\$569.567,27** (quinhentos e sessenta e nove mil, quinhentos e sessenta e sete reais e vinte e sete centavos), como sendo a proposta de menor preço.

4.16. Adequação orçamentária

Unidade gestora	Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação
Fonte de recursos	0118
Programa de Trabalho:	1417 - Atuação Jurisdicional; Ação: 8180 (65%), 8181 (9%), 8182 (26%) - Atualização, Expansão e Manutenção da Infraestrutura de Tecnologia do Poder Judiciário (1º Grau / 2º Grau / Apoio)
Elemento de despesa	3.3.90.40
Exercício financeiro	2025 e 2026

4.17. Reajustamento:

- 4.17.1.** Em casos de prorrogação do contrato, os preços inicialmente são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **28/11/2025**.
- 4.17.2.** Após o interregno de um ano, e independente de pedido do contratado, os preços dos itens serão reajustados com base no Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 4.17.3.** O TJPA deverá negociar com a Contratada a possibilidade de não aplicar o reajuste ou aplicá-lo a menor. Devendo haver manifestação expressa da Contratada acerca da aceitação dos termos da negociação.



- 4.17.4.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 4.17.5.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o TJPA pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida.
- 4.17.6.** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 4.17.7.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 4.17.8.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 4.17.9.** O reajuste será realizado por apostilamento.

4.18. Sanções Administrativas:

- 4.18.1.** Para definições e aplicações dos subitens tratados neste tópico, o normativo balizador é a Instrução Normativa Nº 003/2024-GP, que regulamenta, no âmbito do TJPA, o processo administrativo sancionatório e a dosimetria na aplicação de penalidades definidas no art. 156 da Lei Federal Nº 14.133/2021.
- 4.18.2.** O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações (art. 6º da IN Nº 003/2024-GP):
 - 4.18.2.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;
 - 4.18.2.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - 4.18.2.3. dar causa à inexecução total do contrato;
 - 4.18.2.4. deixar de entregar a documentação exigida na etapa de seleção do fornecedor ou execução do contrato, mesmo após realização de diligências;
 - 4.18.2.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - 4.18.2.6. não celebrar o contrato ou assinar a ata de registro de preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 4.18.2.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
 - 4.18.2.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida no certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
 - 4.18.2.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - 4.18.2.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - 4.18.2.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e
 - 4.18.2.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Nº 12.846/2013.
- 4.18.3.** Aos licitantes ou às empresas que praticarem infrações administrativas previstas no parágrafo anterior deste Termo de Referência, ficarão sujeitos às seguintes sanções administrativas:
 - 4.18.3.1. advertência;
 - 4.18.3.2. multa: moratória e/ou compensatória;
 - 4.18.3.3. impedimento de licitar e contratar com o Estado do Pará pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
 - 4.18.3.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 4.18.4.** Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 4.18.4.1. a natureza e a gravidade da infração cometida, entendendo-se como qual o fato gerador a ser imputado à hipótese normativa - leve, média, grave ou gravíssima;



- 4.18.4.2. as peculiaridades do caso concreto, nos termos do art. 5º da Lei 14.133, de 2021, e do art. 22 da LINDB;
- 4.18.4.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 4.18.4.4. os danos que da infração provierem para a Administração Pública; e
- 4.18.4.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade.
- 4.18.5.** Com fundamento no Capítulo II da IN nº 003/2024-GP, a Empresa:
- 4.18.6.** Será sancionada com advertência nas hipóteses de descumprimento das obrigações contratuais que não cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos e ao interesse coletivo e que não justifique a imposição de penalidade mais grave.
- 4.18.7.** A sanção de advertência somente será aplicada durante a vigência do contrato.
- 4.18.8.** Ficará impedida de licitar e contratar no âmbito do Estado do Pará pelo prazo de até 3 (três) anos, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato ou instrumento correspondente, quando praticar as seguintes infrações e não se justificar a imposição de penalidade mais grave:
 - 4.18.8.1. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo (de três meses a dois anos);
 - 4.18.8.2. dar causa à inexecução total do Contrato (de seis meses a três anos);
 - 4.18.8.3. deixar de entregar a documentação exigida na etapa de seleção do fornecedor ou execução do Contrato mesmo após realização de diligências (de dois meses a seis meses);
 - 4.18.8.4. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado (de dois meses a um ano);
 - 4.18.8.5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta (de seis meses a um ano);
 - 4.18.8.6. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do contrato sem motivo justificado (de três meses a um ano).
- 4.18.9.** Será declarada inidônea para licitar e contratar quaisquer órgãos do Poder Público, em qualquer nível federativo, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, quando praticar as seguintes infrações, nos termos dos artigos 25 e 26, da IN nº 003/2024-GP:
 - 4.18.9.1. aquelas previstas para a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Estado do Pará, que impliquem danos financeiros significativos para o TJPA, impactos severos na eficiência do contrato ou nas rotinas administrativas;
 - 4.18.9.2. apresentar declaração ou documentação falsa exigida no certame ou de prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
 - 4.18.9.3. fraudar a licitação ou de praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - 4.18.9.4. comportar-se de modo inidôneo ou de cometer fraude de qualquer natureza
 - 4.18.9.5. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e
 - 4.18.9.6. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.
- 4.18.10.** A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, por qualquer das infrações previstas no art. 155 da Lei n. 14.133/2021, e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) ou superior a 30% (trinta por cento) do valor total do empenho. total do empenho.
- 4.18.11.** A multa compensatória será aplicada para o caso de inexecução parcial ou total do contrato nos seguintes percentuais e condições:
 - 4.18.11.1. Nos casos de inexecução parcial ou total da contratação, sem justificativa aceita pela Administração, aplicar-se-á multa compensatória de 5% (cinco por cento) a 30% (trinta por cento), observando a gravidade da infração, nos seguintes termos:
 - 4.18.11.2. Inexecução Parcial – multa de 5% a 15% sobre o valor da parte inadimplida, quando constatado:



- Implantação técnica incompleta ou em desacordo com os requisitos funcionais descritos no TR;
- Falha relevante e não corrigida na integração do ODI com os sistemas legados do TJPA;
- Prestação insatisfatória dos serviços de suporte técnico e atualização, com reincidência de falhas operacionais;
- Ausência da entrega dos manuais técnicos ou da documentação final exigida.
- Após 1 (um) dia da reincidência de descumprimento quando a severidade crítica ou alta e não resolvida;
- Após 2 (dois) dias de descumprimento quando da severidade média e não resolvida.

4.18.11.2.1. Inexecução Total – multa de até 30% sobre o valor total da contratação, nos casos de:

- Não fornecimento da licença de uso do ODI;
- Abandono da implantação ou descumprimento integral do cronograma;
- Recusa injustificada em iniciar ou concluir a prestação dos serviços contratados.
- Após 2 (dois) dia quando persistir a reincidência de descumprimento e a inexecução parcial quando a severidade crítica ou alta;
- Após 5 (cinco) dias de descumprimento quando da severidade média e não resolvida.

4.18.12. A empresa estará sujeita à multa compensatória de 5% (cinco por cento) por descumprimento reiterado de SLAs críticos em dois meses consecutivos e de 3% (três por cento) quando severidade alta pelo mesmo descumprimento, ambos da parcela mensal afetada do segundo descumprimento.

4.18.13. A empresa estará sujeita à multa de mora de 1% (um por cento) por descumprimento injustificado dos prazos TMIA, TMSO ou TMSD quando severidade crítica, de 0,5% (meio por cento) quando severidade alta e de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) quando severidade média pelo mesmo descumprimento, por dia até o limite de 4 (quatro dias) ambos da parcela mensal afetada.

4.18.14. A empresa estará sujeita à multa de mora de 1% (um por cento) pela reincidência por 3 (três) meses consecutivos de 5 (cinco) ou mais ocorrências fora do SLA no mesmo mês quando a severidade for baixa por dia até o limite de 5% (cinco por cento) que poderá ser considerada inexecução parcial.

4.18.15. A contratada estará sujeita à multa de mora de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado na entrega das obrigações contratuais, limitada a 20% (vinte por cento) do valor da parcela afetada.

4.18.16. Constituem hipóteses de mora passíveis de penalidade:

- Atraso na entrega da licença de uso do Oracle Data Integrator (ODI);
- Atraso na implantação técnica da solução conforme cronograma aprovado;
- Atraso na disponibilização dos serviços de suporte técnico inicial ou na entrega de documentação exigida.

4.18.17. Além das multas compensatórias por inexecução parcial ou total do contrato e das multas de mora estabelecidas, serão aplicadas multas por descumprimento de obrigação contratual, entre outras hipóteses, no percentual de 1% (um por cento) a 10% (dez por cento) do valor do empenho, quando a EMPRESA entregar o objeto com especificações incompatíveis com as exigidas do contrato ou no edital e anexos da licitação que deu origem à adjudicação.

4.18.18. Fica dispensada, a critério da autoridade competente da unidade demandante, a formalização de solicitação de instauração de processo administrativo de apuração de responsabilidade, quando a soma dos valores atribuídos à empresa for considerada irrisória (art. 20, parágrafo único, incisos I e II, da IN Nº 003/2024-GP).



- 4.18.19.** Caso o percentual de chamados atendidos dentro do prazo (TMIA, TMSO ou TMSD) seja inferior a 95% em qualquer nível de severidade em um mês, será aplicada multa de 1% do valor mensal do serviço de suporte por ponto percentual abaixo do índice, limitada a 20% do valor mensal. Exemplo: Se o percentual for 90% para chamados críticos, a multa será de 5% do valor mensal.
- 4.18.20.** A reincidência por 3 meses consecutivos poderá resultar em rescisão contratual por descumprimento grave.
- 4.18.21.** Além das multas por descumprimento de prazos, será aplicada glosa proporcional ao tempo de indisponibilidade do sistema causada por falhas da Contratada, calculada com base no valor mensal do suporte e no impacto operacional.
- 4.18.22.** O TJPA poderá realizar auditorias periódicas nos registros de atendimento da contratada para verificar a conformidade com o SLA. A Contratada deve manter registros detalhados por 5 anos.
- 4.18.23.** Constitui descumprimento contratual passível de multa, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, a não apresentação, no prazo fixado pela Administração, do plano de transição, do inventário da solução, da documentação técnica consolidada ou dos artefatos produzidos no curso da contratação para fins de encerramento, substituição ou retomada operacional.
- 4.18.24.** Constitui descumprimento contratual grave a não realização da transferência final de conhecimento, a recusa injustificada em apoiar a retomada da solução por equipe própria do TJPA ou por nova contratada, bem como a omissão na revogação ordenada de acessos e no encerramento seguro da atuação da contratada, podendo ensejar multa, glosa, rescisão contratual e apuração de responsabilidade, nos termos da legislação aplicável e da IN nº 003/2024-GP.

Belém, 22 de abril de 2026.

--	--	--

Integrante Demandante

Integrante Técnico

Integrante Administrativo

RICARDO DA SILVA
LACERDA:3954930
5287

Assinado de forma digital
por RICARDO DA SILVA
LACERDA:39549305287
Dados: 2026.04.22
12:06:00 -03'00'



Documento assinado digitalmente

BRUNNA FERREIRA DA SILVA SALDANHA ROLIM
Data: 22/04/2026 12:33:19-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



ANEXO I

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA SOLUÇÃO

1. Descrição Geral

- 1.1. O presente anexo estabelece as especificações técnicas da solução de integração de dados corporativos (ETL/ELT) destinada a atender às necessidades do Tribunal de Justiça do Estado do Pará – TJPA, no contexto da consolidação, tratamento e disponibilização de informações provenientes de múltiplas bases de dados internas e externas.
- 1.2. A solução deverá possibilitar a extração, transformação, carga, orquestração e rastreabilidade de dados oriundos dos sistemas administrativos e judiciais do TJPA, tais como PJe, SEEU, LIBRA, Mentorh, SIGADOC e demais bases correlatas.
- 1.3. A ferramenta deverá ser nativa ou plenamente compatível com ambiente Oracle, em conformidade com a infraestrutura tecnológica vigente no TJPA, e operar sob o paradigma de arquitetura E-LT (Extract, Load and Transform), garantindo aproveitamento do poder de processamento do banco de destino e alta performance operacional.

2. Requisitos Técnicos

2.1. Arquitetura e Processamento

- 2.1.1. Adotar arquitetura E-LT, permitindo que as transformações sejam realizadas no banco de destino ou em área de staging, otimizando o desempenho e reduzindo o tráfego de rede.
- 2.1.2. Suportar execução paralela de fluxos de integração com controle de dependências, agendamento automatizado, reproprocessamento de falhas e orquestração centralizada.
- 2.1.3. Permitir a configuração de fluxos complexos com múltiplas origens e destinos, assegurando controle transacional (commit, rollback e logs detalhados).
- 2.1.4. Disponibilizar ambiente de administração com interface visual para monitoramento em tempo real das execuções e gerenciamento de tarefas.

2.2. Conectividade e Fontes de Dados

- 2.2.1. Oferecer conectores nativos para:
 - a) OracleDatabase;
 - b) PostgreSQL;
 - c) Microsoft SQL Server;
 - d) MySQL;
 - e) InterSystems Caché.
- 2.2.2. Permitir extração de dados de fontes não estruturadas (planilhas, arquivos de texto, XML, JSON e páginas HTML contendo tabelas).
- 2.2.3. Suportar invocação direta de procedures, funções e blocos anônimos em diferentes SGBDs.
- 2.2.4. Viabilizar, por interface visual, a alteração e versionamento de estruturas de dados (colunas, chaves, tipos e tabelas).

2.3. Metadados, Logs e Auditoria

- 2.3.1. Armazenar metadados técnicos e de negócio em tabelas relacionais, incluindo histórico de execuções, erros, parâmetros, status e usuários.
- 2.3.2. Registrar todos os eventos de processamento em tabelas estruturadas, contendo data/hora, volume processado, tipo de erro e origem/destino.



- 2.3.3. Disponibilizar rastreamento completo (data lineage) e geração automática de documentação técnica dos fluxos de integração.
- 2.3.4. Manter trilhas de auditoria imutáveis com registros de criação, alteração e execução, garantindo conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

2.4. Engenharia Reversa e Atualização Automática

- 2.4.1. Possuir módulo de engenharia reversa de metadados para detectar automaticamente alterações nas estruturas das fontes.
- 2.4.2. Atualizar visualmente as estruturas impactadas, sem reescrita manual dos fluxos existentes.
- 2.4.3. Refletir automaticamente as modificações nos dicionários de dados e gerar documentação das alterações realizadas.

2.5. Segurança e Conformidade

- 2.5.1. Atender integralmente à Política de Segurança da Informação do TJPA e à LGPD.
- 2.5.2. Suportar segregação de ambientes (desenvolvimento, homologação e produção) e isolamento de credenciais.

3. Requisitos Funcionais

- 3.1. Realizar rotinas de carga e transformação de dados diárias para, no mínimo:
 - a) 73 tabelas do SEEU (PostgreSQL);
 - b) 97 tabelas do PJe 1º Grau (PostgreSQL);
 - c) 97 tabelas do PJe 2º Grau (PostgreSQL);
 - d) 51 tabelas do LIBRA (Oracle);
 - e) 49 tabelas do Mentorh (Caché);
 - f) 76 tabelas de Arrecadação Judicial e Extrajudicial (Oracle).
- 3.2. Possuir ambiente de desenvolvimento visual (drag-and-drop), permitindo construção e modificação de fluxos ETL/ELT sem necessidade de codificação manual.
- 3.3. Exibir, ao término de cada execução, relatórios com número de registros processados, rejeitados e atualizados, além das causas dos erros.
- 3.4. Permitir agendamento e dependência de tarefas, com notificações automáticas de falhas via e-mail ou alerta integrado.
- 3.5. Garantir reaproveitamento integral das 738 interfaces e 157 procedimentos atualmente existentes no TJPA, sem necessidade de reescrita de código.

4. Requisitos Não Funcionais

- 4.1. O tempo total das cargas diárias não poderá exceder 10 (dez) horas, admitida tolerância máxima de 2 (duas) horas.
- 4.2. As rotinas deverão ser concluídas até as 07h00, assegurando atualização tempestiva dos painéis e relatórios.
- 4.3. A disponibilidade mínima exigida é de 99,5%, com mecanismos automáticos de recuperação e redundância.
- 4.4. A solução deverá operar em conformidade com o ambiente tecnológico Oracle do TJPA, sem impacto em produção.

5. Critérios de Aceitação

- 5.1. A aceitação técnica dependerá da verificação, pela SETIC/TJPA, do atendimento integral aos seguintes critérios:



- a) migração integral das 738 interfaces e 157 procedimentos sem reescrita de código;
 - b) execução bem-sucedida das rotinas em ambiente de homologação;
 - c) rastreabilidade completa e documentação automática dos fluxos;
 - d) relatório técnico de conformidade e aceite formal da fiscalização.
- 5.2. O aceite definitivo ocorrerá somente após o cumprimento de todos os requisitos e da validação de desempenho dentro dos parâmetros definidos.

6. Requisitos de Suporte, Manutenção e Atualizações

- 6.1. O suporte técnico deverá contemplar atendimento remoto e presencial, registro de chamados, acompanhamento e solução conforme os seguintes níveis:
- a) tempo máximo de resposta: 2 (duas) horas para incidentes críticos e 8 (oito) horas para incidentes não críticos;
 - b) tempo máximo de correção: 24 (vinte e quatro) horas para incidentes críticos;
 - c) suporte disponível em horário comercial e regime de plantão em janelas noturnas de execução;
 - d) comunicação via portal de chamados, e-mail e telefone institucional.
- 6.2. Durante a vigência contratual, deverão ser fornecidas atualizações corretivas, evolutivas e de segurança, incluindo novas versões compatíveis com os sistemas do TJPA.
- 6.3. O serviço de manutenção incluirá tuning de desempenho, ajustes de configuração e acompanhamento técnico da migração e implantação.
- 6.4. A contratada deverá entregar documentação técnica completa, compreendendo manuais de instalação, operação e administração, além de plano de treinamento presencial ou remoto à equipe da SETIC.

7. Conformidade e Garantias

- 7.1. A solução deverá possuir licenciamento oficial e suporte ativo do fabricante durante toda a vigência contratual.
- 7.2. É vedada a utilização de versões trial, beta ou não autorizadas.
- 7.3. A contratada deverá assegurar que a documentação, os artefatos técnicos, os scripts auxiliares, as parametrizações, os modelos, os relatórios, os fluxos implantados e os demais produtos elaborados especificamente no contexto da execução contratual sejam entregues ao TJPA e possam ser utilizados institucionalmente, observadas as restrições de propriedade intelectual do fabricante e as condições de licenciamento aplicáveis ao software Oracle Data Integrator (ODI).
- 7.4. A solução deverá observar as diretrizes da Estratégia Nacional de TIC do Poder Judiciário (ENTIC-JUD) e da Resolução CNJ nº 468/2022.

8. Requisitos de Entrega e Implantação

8.1. Fases de Implantação

- 8.1.1. A implantação da solução será dividida nas seguintes fases:
- a) Fase I – Preparação e Planejamento: instalação do ambiente, definição de parâmetros de segurança, conectores e configurações iniciais;
 - b) Fase II – Migração e Configuração: importação e validação das 738 interfaces e 157 procedimentos existentes, com testes unitários;
 - c) Fase III – Homologação Técnica: execução controlada das cargas diárias em ambiente de homologação, com validação de desempenho e geração de relatórios de conformidade;
 - d) Fase IV – Treinamento e Transferência de Conhecimento: capacitação da equipe técnica da SETIC/TJPA;



- e) Fase V – Entrada em Produção: ativação plena da solução e acompanhamento assistido por período mínimo de 30 (trinta) dias úteis.

8.2. Entregáveis Mínimos

8.2.1. A contratada deverá apresentar, no mínimo, os seguintes entregáveis:

- a) Plano de Implantação e Cronograma Detalhado;
- b) Relatório de Instalação e Configuração do Ambiente;
- c) Relatório de Migração de Interfaces e Procedimentos;
- d) Relatório de Testes e Homologação;
- e) Documentação Técnica e Manual do Usuário;
- f) Certificado de Treinamento emitido pela contratada;
- g) Relatório Final de Aceite Técnico emitido pela fiscalização.
- h) Inventário atualizado da solução implantada;
- i) Plano de Sustentação e Transição Contratual;
- j) Relatório final de transferência de conhecimento.

8.3. Critérios de Aceite por Fase

8.3.1. Cada fase de implantação será considerada concluída somente após a validação formal da equipe de fiscalização, mediante emissão de Termo de Aceite Parcial.

8.3.2. O aceite definitivo ocorrerá após a entrada em produção e apresentação do Relatório Final de Conformidade.

8.3.3. A não observância dos prazos e marcos previstos no Plano de Implantação poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas no contrato.

8.4. Estratégia de continuidade em eventual interrupção contratual, transição contratual e transferência final de conhecimento

8.4.1. Em caso de interrupção contratual, inclusive por término da vigência sem prorrogação, rescisão, inexecução parcial ou total, substituição da contratada, perda de vínculo comercial com a fabricante, ou qualquer outro evento que comprometa a continuidade do objeto, deverão ser adotadas medidas destinadas a assegurar a preservação da integridade, da disponibilidade, da rastreabilidade e da recuperabilidade da solução Oracle Data Integrator (ODI), bem como a continuidade mínima das atividades essenciais de transição, repasse e retomada operacional.

8.4.2. A estratégia de continuidade observará as seguintes premissas:

I – o TJPA manterá, durante toda a execução contratual, acesso institucional aos ambientes, repositórios, artefatos, fluxos, parametrizações, agendamentos, scripts auxiliares, documentação técnica e operacional, históricos de implantação, registros de configuração e demais elementos necessários à administração, sustentação e eventual substituição da contratada;

II – a contratada deverá manter atualizados e disponíveis, em repositório indicado pelo TJPA, todos os artefatos produzidos ou atualizados no âmbito da contratação, inclusive inventário da solução implantada, arquitetura lógica e operacional, topologia, integrações, dependências, procedimentos de instalação, configuração, atualização, recuperação, backup, restauração, operação assistida, monitoração, catálogo de rotinas, parâmetros, cronogramas executados e registro das customizações realizadas;

III – a contratada deverá executar, sempre que acionada pelo TJPA em razão de evento de descontinuidade, plano de transição e encerramento, contemplando entrega final dos artefatos, consolidação documental, transferência final de conhecimento,



esclarecimento técnico à equipe interna e apoio à retomada dos serviços por equipe própria do Tribunal ou por eventual nova contratada;

IV – a continuidade aqui prevista não implica extensão automática de direitos de uso, suporte técnico do fabricante ou atualização de versões além dos limites da licença regularmente contratada, devendo a transição observar as condições de licenciamento aplicáveis ao software Oracle Data Integrator (ODI);

V – os artefatos, documentos, parametrizações, scripts auxiliares, modelos, fluxos, procedimentos, relatórios e demais entregáveis produzidos especificamente no contexto da contratação deverão ser entregues ao TJPA, observadas as restrições de propriedade intelectual do fabricante quanto ao software proprietário de base.

8.4.3. Em eventual interrupção contratual, a contratada deverá executar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da comunicação formal da Administração, as seguintes ações mínimas de continuidade e transição:

I – apresentar inventário atualizado da solução implantada, contendo componentes licenciados, versões, ambientes, integrações, fluxos ativos, agendamentos, dependências, perfis de acesso, pendências técnicas e riscos conhecidos;

II – entregar a documentação técnica e operacional consolidada, incluindo arquitetura da solução, parametrizações, scripts auxiliares, rotinas implantadas, procedimentos de operação, backup, restauração, contingência, monitoração e tratamento de falhas;

III – disponibilizar os artefatos produzidos no curso da contratação em formato acessível e passível de reaproveitamento institucional;

IV – realizar sessões formais de transferência final de conhecimento à equipe designada pelo TJPA;

V – prestar apoio técnico à retomada dos serviços por equipe própria do Tribunal ou por eventual nova contratada;

VI – adotar as providências necessárias ao encerramento seguro da atuação da contratada, sem prejuízo da integridade, consistência e rastreabilidade dos elementos configurados e implantados na solução.

8.4.4. As sessões de transferência final de conhecimento deverão abranger, no mínimo:

I – administração funcional e operacional da solução ODI;

II – operação, execução e monitoramento dos fluxos implantados;

III – análise de falhas, correção assistida e procedimentos de recuperação;

IV – rotinas de atualização, quando aplicável ao escopo contratado;

V – procedimentos necessários à continuidade ou retomada da solução;

VI – orientações sobre dependências técnicas, integrações existentes, perfis de acesso, pontos críticos de operação, limitações conhecidas e ações preventivas recomendadas.

8.4.5. A transição contratual deverá ocorrer de forma planejada, documentada e assistida, de modo a reduzir os riscos de indisponibilidade, perda de informação, falha operacional, descontinuidade dos fluxos de integração de dados e dependência excessiva da contratada.

8.4.6. Concluída a transição, deverão ser formalizados, conforme o caso, a revogação de acessos da contratada, a devolução de recursos eventualmente disponibilizados pela Administração, o encerramento de perfis, credenciais e contas vinculadas ao contrato, bem como o recebimento, pelo TJPA, da documentação e dos artefatos entregues.

8.4.7. A adoção das medidas previstas neste item visa evitar perda de conhecimento técnico, indisponibilidade da solução, comprometimento da integridade dos fluxos implantados, dependência excessiva da contratada e descontinuidade das rotinas de integração de dados necessárias às atividades operacionais e estratégicas do TJPA.



8.4.8. As hipóteses de descontinuidade, seus efeitos e as ações preventivas e contingenciais correspondentes deverão ser devidamente considerados no planejamento da contratação e observados durante a execução contratual.



ANEXO II

MAPA REFERENCIAL DE PREÇOS E DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS

EMPRESA 1 - FNC SOLUTIONS:

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	INVESTIMENTO
Oracle Data Integrator Enterprise Edition - Processor Perpetual	2	R\$ 414.488,00
Atualizacao - Oracle Data Integrator Enterprise Edition - Processor Perpetual	2	R\$ 62.173,00
Suporte - Oracle Data Integrator Enterprise Edition - Processor Perpetual	2	R\$ 28.008,00

DESCRIÇÃO	HORAS	INVESTIMENTO
Implementação & Migração	280h	R\$ 50.000,00
TOTAL:		R\$ 554.669,00

EMPRESA 2 – LANLINK:

1. Não Definido					
Item	Qtde	Descrição	Valor Unitário	Valor Total	Local Faturamento
1.1	2,00	Oracle Data Integrator Enterprise Edition - Processor Perpetual	R\$ 178,040,1944	R\$ 356,080,39	Lanlink Soluções Brasília
1.2	2,00	Software Updates	R\$ 26,706,0292	R\$ 53,412,06	Lanlink Soluções Brasília
1.3	2,00	Product Support	R\$ 11.914,2543	R\$ 23.828,51	Lanlink Soluções Brasília
Total do Grupo:				R\$ 433,320,96	
Total Geral R\$: 433,320,96 (QUATROCENTOS E TRINTA E TRÊS MIL E TREZENTOS E VINTE REAIS E NOVENTA E SEIS CENTAVOS)					

EMPRESA 3 – LTA INFORMÁTICA:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UN	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Oracle Data Integrator - ODI com 12 meses de suporte	2	Licença	R\$ 243.928,00	R\$ 487.856,00
					R\$ 487.856,00

EMPRESA 4 – TAREA:

PRODUTOS (LICENÇAS)								
ID TR	Descrição	Métrica ou Unidade de Medida	Qtd. Licenças	Valor Unit. Mensal (R\$)	Qtd. Meses	Valor Mensal (R\$)	Valor Total Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
	Oracle Data Integrator Enterprise Edition - Processor Perpetual	UN	2	208.323,36	1	416.646,72	208.323,36	416.646,72
	Software Update 12 meses	UN	2	31.248,50	1	62.497,00	31.248,50	62.497,00
	Product Suporte 12 meses	UN	2	14.582,63	1	29.165,26	14.582,63	29.165,26
						-	-	-
						-	-	-
						-	-	-
						-	-	-
						-	-	-
						-	-	-
						-	-	-
	Total					508.308,98	254.154,49	508.308,98

EMPRESA 5 – VSDATA:

a. Opção Suporte 12 meses

item	Descrição	Qtde	Preço unitário	Preço total
1	Oracle Data Integrator Enterprise Edition - Processor Perpetual - Support Updates 12m	2	231.206,43	R\$ 462.412,86

Total: R\$ 462.412,86—quatrocentos e sessenta e dois mil, quatrocentos e doze reais e oitenta e seis centavos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos

ANEXO II

Minuta

CONTRATO Nº **00X**/2026/TJPA, QUE ENTRE SI
CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO
ESTADO DO PARÁ E A EMPRESA
XXXXXXXXXXXXXXXXXX, PARA FORNECIMENTO
DE LICENÇA DE USO, COM SUPORTE TÉCNICO,
ATUALIZAÇÃO E SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO
DO SOFTWARE ORACLE DATA INTEGRATOR
(ODI).

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**, órgão do Poder Judiciário, com sede na Avenida Almirante Barroso, nº 3089, bairro do Souza, na cidade de Belém, Estado do Pará, CEP 66.613-710, inscrito no CNPJ nº 04.567.897/0001-90, neste ato representado, por força da delegação de competência conferida pela Portaria nº 823/2023-GP, de 24 de fevereiro de 2023, pelo Secretário de Administração, Senhor **MAURÍCIO CRISPINO GOMES**, brasileiro, domiciliado em Belém, capital do Estado do Pará, matrícula funcional nº 70149, designado por meio da Portaria nº 717/2025-GP, de 3 de fevereiro de 2025, publicada no Diário da Justiça em 4 de fevereiro de 2025, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, doravante denominada **CONTRATADA**, a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º xx.xxx.xxx/xxxx-xx, com sede na xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, CEP: xx.xxx-xxx, Tel./Fax: (0xx) xxxxxxxx, e-mail: xxxxxxxxxxxx, neste ato representada por **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, conforme atos constitutivos da empresa apresentados nos autos, resolvem celebrar, perante as testemunhas que subscrevem, o presente CONTRATO, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

PARÁGRAFO ÚNICO - O presente contrato fundamenta-se na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e decorre do Pregão Eletrônico nº XX/XXXX, conforme consta no Processo 0002940-79.2026.8.14.0900.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada para o fornecimento de licença de uso, com suporte técnico, atualização e serviços de implantação do software Oracle Data Integrator (ODI), visando atender às necessidades operacionais e estratégicas do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, pelo período inicial de 12 (doze) meses, com possibilidade de prorrogação, nos termos da legislação vigente.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

2.1 O Termo de Referência;

2.2 A Proposta do CONTRATADO;

2.3 2.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O serviço descrito no termo de referência é o seguinte:

LOTE ÚNICO						
ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT/CATSER	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (Média)	VALOR TOTAL
1	Licença - Oracle Data Integrator Enterprise Edition	26077	Unidade (Processador)	2		
2	Atualização de licença – Oracle Data Integrator Enterprise Edition	26077	Unidade (Processador)	2		
3	Serviço de Suporte - 12 meses	26972	Unidade (Processador)	2		
4	Serviço de Implementação e Migração	26972	Unidade	1		
TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO						

PARÁGRAFO QUARTO - Todo detalhamento do objeto, requisitos funcionais e não funcionais estão descritos no termo de referência e seus anexos, em caso de divergência entre a descrição dos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos

serviços indicada no código CATMAT/CATSER do COMPRASNET e a constante no Termo de Referência, prevalecerá esta última.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O prazo de vigência da presente contratação será de 12 (doze) meses, contados da data de sua última assinatura pelas partes, com eficácia legal após a publicação no PNCP, prorrogável para até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A prorrogação é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

PARÁGRAFO QUARTO - A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

PARÁGRAFO QUINTO - Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

PARÁGRAFO SEXTO - O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos

CLÁUSULA QUARTA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

PARÁGRAFO ÚNICO - O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

PARÁGRAFO ÚNICO - Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O valor total da contratação é de R\$ xxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxx reais).

PARÁGRAFO SEGUNDO – No valor total estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes de sua execução estão inclusos tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SÉTIMA – FORMA DE PAGAMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O pagamento será realizado através de crédito em conta corrente no **Banco XXXXXXXX n.º XXX, Agência n.º XXXX, Conta Corrente n.º XXXXXXXX-X**, mediante a apresentação de fatura emitida pelo contratado em correspondência ao objeto executado, com divulgação do extrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)

PARÁGRAFO SEGUNDO - O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no item 4.7.2. do Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 28/11/2025.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos

Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

PARÁGRAFO QUARTO - No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

PARÁGRAFO QUINTO - Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

PARÁGRAFO SEXTO - Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

PARÁGRAFO OITAVO - O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO(A) CONTRATANTE

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As obrigações do CONTRATANTE são aquelas previstas no Termo de Referência, no Item 4.12. – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE, anexo ao Contrato, bem como as disposições abaixo:

PARÁGRAFO SEGUNDO - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

PARÁGRAFO TERCEIRO - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

PARÁGRAFO QUARTO - Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos

PARÁGRAFO QUINTO - Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

PARÁGRAFO SEXTO - Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

PARÁGRAFO SÉTIMO - Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

PARÁGRAFO OITAVO - Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

PARÁGRAFO NONO - Cientificar a Secretaria de Administração do PJPA para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

PARÁGRAFO DÉCIMO - Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - A Administração terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 60 dias, nos termos do art. 92, inciso XI, da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - O prazo previsto no PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO será suspenso nos casos em que for atestado a não entrega da documentação necessária para fundamentar a solicitação.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do objeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO(A) CONTRATADO(A)

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As obrigações do(a) CONTRATADO (A) são aquelas previstas neste contrato e no Termo de Referência no Item 4.13. - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda as obrigações a seguir:

PARÁGRAFO SEGUNDO - Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (Art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados, no prazo máximo de até 3 (três) dias consecutivos;

PARÁGRAFO TERCEIRO - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado entre as partes, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

PARÁGRAFO QUARTO - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8.078, de 1990, em como por todo e qualquer dano causado à Administração ou à terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, o valor correspondente aos danos sofridos, assegurado o contraditório e ampla defesa;

PARÁGRAFO QUINTO - Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

PARÁGRAFO SEXTO - Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida ativa da União; 3) Certidões que comprovem a regularidade perante



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos

a Fazenda Municipal ou distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

PARÁGRAFO SÉTIMO - Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal que se verifique no local dos serviços, que não tenha detalhamento específico no Termo de Referência;

PARÁGRAFO OITAVO - Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo aos documentos relativos à execução contratual.

PARÁGRAFO NONO - Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as exigências deste instrumento contratual e do termo de referência;

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021;

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos

referidas vagas no parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021, sob pena de extinção do contrato;

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO - Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante, se for o caso;

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO – Comprovar o vínculo profissional (empregatício, societário ou de prestação de serviços regido pela legislação civil) do responsável técnico com a empresa somente quando da assinatura do contrato ou no momento da efetiva alocação do profissional para o início dos serviços.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO - Manter durante toda a vigência contratual a equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para o fornecimento da Solução de TIC, quando especificada no Termo de Referência. A fiscalização verificará a manutenção das condições classificatórias e da habilitação técnica durante a execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - É dever das partes observar e cumprir as regras impostas pela Lei Federal nº 13.709/2018 (LGPD), suas alterações e regulamentações posteriores, bem como o disposto no Termo de Referência, devendo ser observadas, no tratamento de dados, no âmbito do TRIBUNAL, a respectiva finalidade específica, a consonância ao interesse público e a competência administrativa aplicável.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os dados obtidos em razão deste contrato administrativo somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos

PARÁGRAFO TERCEIRO - É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

PARÁGRAFO QUARTO - É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

PARÁGRAFO QUINTO - Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever das partes eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações

PARÁGRAFO SEXTO - O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA deverá prestar garantia no percentual de 5% (cinco por cento) do valor inicial anual do contrato, nas seguintes modalidades:

- a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
- b) seguro-garantia;
- c) fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.
- d) título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos

PARÁGRAFO QUARTO - Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no PARÁGRAFO QUINTO deste contrato.

PARÁGRAFO QUINTO - Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

PARÁGRAFO SEXTO - A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

6.1 Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas por culpa da CONTRATADA, assegurados ampla defesa e contraditório.

6.2 Multas moratórias e punitivas aplicadas pela CONTRATANTE à CONTRATADA.

6.3 Prejuízos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do Contrato.

PARÁGRAFO SÉTIMO A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item PARÁGRAFO SEXTO.

PARÁGRAFO OITAVO - A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica indicada pela Secretaria de Planejamento do Contratante.

PARÁGRAFO NONO - Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

PARÁGRAFO DÉCIMO - No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

13.1 O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO - O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

17.1 A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto prevista especificamente no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133 de 2021 e da Instrução Normativa nº 003/2024-GP, o contratado ou licitante que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos

- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida na etapa de seleção do fornecedor ou execução do contrato, mesmo após realização de diligências;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou assinar a ata de registro de preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida no certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- I) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- II) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- III) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- IV) Multa, nos termos do Termo de Referência (Anexo I).

PARÁGRAFO TERCEIRO - A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO QUARTO - As sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, § 7º, da lei nº 14.133, de 2021).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos

PARÁGRAFO QUINTO - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO SEXTO - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO SÉTIMO - Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento da notificação enviada pela autoridade competente.

PARÁGRAFO OITAVO- A aplicação das sanções realizar-se-á em processo de apuração de responsabilidade que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158, da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

PARÁGRAFO NONO - Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º da Lei nº 14.133, de 2021):

- A) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- B) as peculiaridades do caso concreto;
- C) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- D) os danos que dela provierem para o Contratante;
- E) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei, no art. 159.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, conforme art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis), SICAF e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - Os débitos do contratado para com a contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos

2.1 A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

2.2 Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

3.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

PARÁGRAFO QUARTO - O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- 1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 3 Indenizações e multas.

PARÁGRAFO QUINTO - A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133/21).

PARÁGRAFO SEXTO - O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PARÁGRAFO ÚNICO - As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Tribunal de Justiça do Pará:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

PARÁGRAFO ÚNICO - Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei 14.133, de 2021 e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina pelo art. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato e não podem transfigurar o objeto da contratação.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO QUARTO - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostilamento, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO

PARÁGRAFO ÚNICO - A fiscalização da execução do objeto será efetuada pela equipe de gestão e fiscalização designado pelo CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência, anexo ao Contrato.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA INTERPRETAÇÃO

PARÁGRAFO ÚNICO - As dúvidas interpretativas sobre as cláusulas deste contrato deverão ser suscitadas ao CONTRATANTE e serão decididas por ele, de acordo com a Lei nº 14.133/21, seus regulamentos, Lei Estadual nº 8.972/90 e observado a jurisprudência dos Tribunais sobre o assunto.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – MEIOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS DE INTERESSE

PARÁGRAFO ÚNICO - Observado o disposto na cláusula anterior, permanecendo o conflito de interesse, as partes se comprometem a buscar soluções amigáveis e consensuais para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias decorrentes da execução deste contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - No prazo de 10 (dez) dias, contados de sua assinatura, o extrato do contrato deverá ser publicado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará, no Diário Oficial do Estado.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, § 2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, § 3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DO FORO

PARÁGRAFO ÚNICO - Fica eleito o foro de Belém, capital do Estado do Pará, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Contrato, conforme art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas que subscrevem depois de lido e achado conforme.

Belém/PA, XX de xxxxxxxx de 2026.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos

MAURÍCIO CRISPINO GOMES
Secretário de Administração TJPA

Nome da Empresa
Nome do representante da empresa